

# CORREIO OFICIAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI

Ano VII Nº 905

Segunda-feira, 02 de setembro de 2019

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO COMUNICADO

A Secretaria Municipal de Administração COMUNICA aos candidatos inscritos para o **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 003/2019**, para contratação por excepcional interesse público e por prazo determinado para a SUPERINTENDENCIA DE ÁGUA E ESGOTO DE ARAGUARI - SAE, que as PROVAS acontecerão no dia **08/09/2019 (DOMINGO) às 09h**, no seguinte local: **CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL MÁRIO DA SILVA PEREIRA, situado na Avenida Minas Gerais nº 2187, Centro – Araguari/MG. PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 003/2019 – SAE**

CARGOS:

**ENGENHEIRO ELETRICISTA  
LEITURISTA  
TÉCNICO EM INFORMÁTICA**

O CANDIDATO DEVERÁ COMPARECER AO LOCAL DA PROVA COM ANTECEDÊNCIA DE 30 (TRINTA) MINUTOS ANTES DO HORÁRIO FIXADO PARA O INÍCIO, MUNIDO DE DOCUMENTO DE IDENTIDADE E CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL.

OS PORTÕES DO LOCAL DE PROVAS SERÃO ABERTOS A PARTIR DAS 8H30, E SERÃO FECHADOS PONTUALMENTE AS 9H00, NÃO SENDO MAIS PERMITIDO O ACESSO DE CANDIDATOS AO LOCAL.

Araguari, 30 de agosto de 2019.

**SAULO HENRIQUE BORGES SANTOS**

Secretário Municipal de Administração

**ANDRÉ FABIANO DOS REIS**

Superintendente da SAE

## SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E AGRONEGÓCIOS

Em cumprimento ao disposto no Art. 530 do Decreto Federal nº 9.013, de 29 de março de 2017, o Serviço de Inspeção Municipal de Araguari, torna pública a seguinte DECISÃO FINAL em Processo Administrativo Sanitário, registrada na data de 30/08/2019.

Autuado: **LATICÍNIO MINAS CASTRO LTDA**

Data da Autuação: 01/03/2019

Data da Decisão: 30/08/2019

CNPJ: 04.434.509/0001-01

Processo nº.: 1491-19

Localidade: ARAGUARI-MG

Dispositivos Legais Transgredidos: Artigo 50 E

51, § 1º artigo 344 do Decreto Municipal nº 166/2011.

Tipificação da Infração: inciso I do artigo nº 18 Lei Complementar nº 072/2011.

Decisão Final: Interposto recurso à autoridade sanitária superior, fica a penalidade de ADVERTÊNCIA aplicada pelo Secretário de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Agronegócios, e Direção do Serviço de Inspeção Municipal de Araguari-MG.

Penalidade Imposta: Advertência ao autuado.

**Contratado: ALLPRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA – EPP - 4º TERMO ADITIVO CONTRATUAL - PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA NO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 055/2018 – CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 004/2018 – PROCESSO N.º 050/2018 – Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA VIGÊNCIA** no CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 055/2018, tendo como objeto ge-

ral a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA CIVIL PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA DA 3ª ETAPA DE MODERNIZAÇÃO DO GINÁSIO POLIESPORTIVO GENERAL MÁRIO BRUM NEGREIROS, LOCALIZADO NA AVENIDA CEL. TEODOLINO PEREIRA DE ARAÚJO S/N - CENTRO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E PROJETOS ANEXOS – Araguari, 27 de Junho de 2019 – Sebastião Naves de Oliveira - Secretário Municipal de Esportes.**

**Contratado: ALLPRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA – EPP - 3º TERMO ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVO NO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 055/2018 – CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 004/2018 – PROCESSO N.º 050/2018 – Objeto: ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVO** no CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 055/2018, tendo como objeto geral a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA CIVIL PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA DA 3ª ETAPA DE MODERNIZAÇÃO DO GINÁSIO POLIESPORTIVO GENERAL MÁRIO BRUM NEGREIROS, LOCALIZADO NA AVENIDA CEL. TEODOLINO PEREIRA DE ARAÚJO S/N - CENTRO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E PROJETOS ANEXOS – Araguari, 27 de Março de 2019 – Sebastião Naves de Oliveira - Secretário Municipal de Esportes.**

**Contratado: ALLPRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA – EPP - 5º TERMO REAJUSTE DE PREÇOS NO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 055/**

**2018 – CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 004/2018 – PROCESSO N.º 050/2018 – Objeto: REAJUSTE DE PREÇOS NO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 055/2018, tendo como objeto geral a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA CIVIL PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA DA 3ª ETAPA DE MODERNIZAÇÃO DO GINÁSIO POLIESPORTIVO GENERAL MÁRIO BRUM NEGREIROS, LOCALIZADO NA AVENIDA CEL. TEODOLINO PEREIRA DE ARAÚJO S/N - CENTRO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E PROJETOS ANEXOS – VALOR: R\$ 45.615,43 (Quarenta e Cinco Mil, Seiscentos e Quinze Reais e Quarenta e Três Centavos) - Araguari, 30 de Agosto de 2019 – Sebastião Naves de Oliveira - Secretário Municipal de Esportes.**

## AVISO DE LICITAÇÃO

**PROCESSO Nº 157/2019**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 002/2019**

O MUNICÍPIO DE ARAGUARI DO ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio da Prefeitura Municipal com sede à Praça Gaioso Neves, nº. 129, Centro, CEP: 38.440-001, na cidade de Araguari - MG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 16.829.640/0001-49, por meio de sua Comissão Permanente de Licitação, instituída por meio do Decreto Municipal nº. 007/2019, comunica aos interessados que, com base na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993 e suas alterações posteriores, Lei Complementar Federal nº. 123/2006, Lei Complementar nº. 147/2014, Lei Municipal Geral MPE nº 4.697/2010, alterada pela Lei Municipal 5.680/2018 e Decreto nº 107, de 17 de julho de 2013, fará realizar licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 002/2019** do tipo **MENOR PREÇO**, na forma de execução indireta sob o regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE REFORMAS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA, NA FORMA ESTABELECIDA NAS PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONTRUÇÃO CIVIL (SINAPI), NAS EDIFICAÇÕES DO COMPLEXO ESPORTIVO DO ARAGUARI TÊNIS CLUBE – ATC E NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E DA JUVENTUDE – CONVÊNIO 843556/2017. CONFORME DOCUMENTAÇÃO “EM ANEXO”**. Os envelopes contendo os documentos de habilitação e proposta deverão ser entregues no Departamento de Licitações e Contratos, situado à Rua Virgílio de Melo Franco, nº 550, Centro, CEP: 38.440-016, nesta cidade de Araguari - MG, até às **13:00 (treze) horas do dia 24 (vinte e quatro) de Setembro de 2019 (dois mil e dezenove)**, sendo que a abertura dos envelopes será realizada no **mesmo dia e horário**. As empresas interessadas em participar desta licitação deverão designar seu **responsá-**



**vel técnico ou preposto devidamente credenciado** para vistoriar o local onde será executada a obra/serviço, em dias úteis e respeitado o horário do expediente normal da PMA, até o dia ( 23 ) **vinte e três de Setembro de 2019 (dois mil e dezenove)**, mediante prévio agendamento de data e horário junto à **Secretaria Municipal de Esportes e da Juventude**, de **segunda a sexta-feira**, das **13:00 (treze) às 17:00 (dezesete) horas**, pelos telefones: **(34) 3690-3110 / (34) 3690-3131** Os horários estabelecidos neste Edital respeitarão o Horário Oficial de Brasília - DF. O Edital desta licitação poderá ser adquirido no Departamento de Licitações e Contratos, situado no endereço mencionado acima, em qualquer dia útil, durante o expediente normal da PMA, mediante prévio pagamento da quantia de **R\$10.00 (dez reais) correspondentes ao custo das cópias do edital e anexos**, a qual deverá ser depositada na Conta nº 33-0, Agência 0096, Banco 104, Caixa Econômica Federal-CEF - Poder Público, **ou gratuitamente através site da PMA: [www.araguari.mg.gov.br/licitacoes](http://www.araguari.mg.gov.br/licitacoes)**. Mais informações pelo telefone: (34) 3690-3280. (a) – Secretário Municipal de Esportes – **Sebastião Naves de Oliveira e Bruno Ribeiro Ramos** - Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

CONSELHO DELIBERATIVO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE ARAGUARI  
**DELIBERAÇÃO NORMATIVA nº 001/2019**

“Dispõe sobre as políticas de proteção e as medidas compensatórias ao dano ao patrimônio cultural, as diretrizes para a regulamentação e licenciamento de projetos e obras em áreas afetadas ao patrimônio cultural de Araguari e dá outras providências”.

Considerando que o Conselho Deliberativo Municipal de Patrimônio Cultural de Araguari é o órgão competente para autorizar intervenções em bens tombados e inventariados Municipais de acordo com os artigos 10 e 11 da Lei Municipal 2449/1989;

Art. 10 Os bens tombados não poderão, sem prévia autorização do Conselho, ser repassados, demolidos, pintados, restaurados ou modificados, sob pena de multa de 10% do valor do objeto tombado, sem prejuízo de imediato e energético embargo das tentadas obras de demolição e reformas.

Art. 11 Sem prévia autorização do Conselho, não se poderá no mesmo terreno e nas adjacências ser efetuada construção que tire ou reduza a visibilidade, nem nele colocarem-se anúncios, letreiros luminosos ou cartazes.

Site: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/a/araguari/lei-ordinaria/1989/245/2449/lei-ordinaria-n-2449-1989-cria-normas-de-protecao-do-patrimonio-historico-e-artistico-de-araguari-e-proporciona-incentivos-para-a-implantacao?q=2449>

Considerando o Decreto Legislativo Federal nº 74/1977 que aprova o texto da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural;

Art. 1º É aprovado o texto da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, aprovado pela Conferência Geral da UNESCO, em sua XVII sessão, realizada em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972, com ressalva ao parágrafo 1 do art. 16.

Site: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1970-1979/decretolegislativo-74-30-junho-1977-364249->

[publicacaooriginal-1-pl.html](#)

Considerando que a Lei Federal nº 9.605/98 em seus artigos 62 a 65, **constituiu crime** contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural e que os artigos 72 a 75 do Decreto Federal nº 6.514/2008 define as infrações contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural; Site: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm) Site: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/decreto/d6514.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/decreto/d6514.htm)

Considerando que o art. 2º da Lei Federal nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade dispõe que a “política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: (...) XII – **proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;**”

Considerando que o art. 37 da Lei Federal nº 10.257/2001, dispõe que o EIV - Estudo de Impacto de Vizinhança “será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões: (...) VII – **paisagem urbana e patrimônio natural e cultural;**” Site: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm)

Considerando que o art. 30 da Constituição Federal de 1988 dispõe que “**compete aos Municípios: (...)IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual;**”

Considerando que o § 1º do art. 216 da Constituição Federal de 1988 e o art. 209 da Constituição do Estado de Minas Gerais dispõe que o Poder Público ou o Estado, “com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, **por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação;**”

Site: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=CON&num=1989&ano=1989>

Considerando que o art. 225 da Constituição Federal de 1988 exige que, “na forma da lei, **para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental**, a que se dará publicidade”;

Site: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaoconsolidado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaoconsolidado.htm)

Considerando a ausência de legislação municipal pertinente aos impactos culturais de obras em área de patrimônio histórico, utilizando da prerrogativa do inciso IX do art. 30 da CF88, adota-se o art. 10 da Lei Estadual 11.726/1994 que determina que “**a realização de obra ou projeto público ou privado que tenha efeito real ou potencial, material ou imaterial, sobre área ou bem identificado como de interesse histórico, artístico, arquitetônico ou paisagístico pelo Estado (entende-se que pelo Município também) depende de estudo prévio de impacto cultural** e da aprovação, pelo Conselho Estadual de Cultura, do **respectivo relatório de impacto cultural**”, bem como a Deliberação Normativa CONEP nº 007/2014, de 3 de dezembro de 2014;

Site: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=2292>

Site: [http://www.iepha.mg.gov.br/images/servicos/DN\\_CONEP\\_007\\_2014\\_Portaria\\_IEPHA\\_52\\_2014.pdf](http://www.iepha.mg.gov.br/images/servicos/DN_CONEP_007_2014_Portaria_IEPHA_52_2014.pdf)

Considerando que o art. 6º da Resolução CONAMA nº 01/86 dispõe que “O estudo de impacto ambiental desenvolverá, no mínimo, as seguintes atividades técnicas: I - Diagnóstico ambiental da área de influência do projeto completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto, considerando: (...) c) o meio socioeconômico - o uso e ocupação do solo, os usos da água e a sócio economia, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos (...);

Site: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>

O Conselho Deliberativo Municipal de Patrimônio Cultural de Araguari, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal 2449/1989, o Decreto 016/97 e do Art. 5º do seu Regimento Interno de 03/11/2002, **DELIBERA:**

**CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º - Este dispositivo legal tem por finalidade esta-



**Correio Oficial**

Órgão de Imprensa Oficial da Administração Pública Direta e Indireta, editado pela Secretaria Municipal de Gabinete e publicado de acordo com a Lei n.º 3.208, de 11 de junho de 1997.

**Marcos Coelho de Carvalho**

Prefeito Municipal

**Clayton Fernandes**

Vice Prefeito

**Flávio de Sousa Pires Cunha**

Secretário de Gabinete

O conteúdo das publicações é de responsabilidade dos órgãos da Administração Direta e Indireta emissores dos atos administrativos e encaminhados à Secretaria de Gabinete através do email: [correiooficial@araguari.mg.gov.br](mailto:correiooficial@araguari.mg.gov.br)

Fones: (34) 3690-3006 e 3690-3054

Tiragem: 500 exemplares

**Diagramação e impressão:**

Editora e Artes Gráficas Correio de Araguari Ltda.

CNPJ 10.496.331/0001-18 - Insc. Est. Isenta -

Rua Professor Jarbas Ferreira da Silva, 352 Jd Interlagos II

Fone (34) 9 9951-3012 - CEP 38445-291 Araguari, MG -

Vencedora do Processo de Pregão nº 103/2016 - Contrato de

Prestação de Serviços: 177/2016.



belecer critérios e procedimentos que visam a política de proteção do patrimônio cultural, à regulamentação e licenciamento de projetos e obras com influência na conservação e preservação dos bens culturais do Município, em especial edificações, parques municipais ou reservas naturais tombados ou inventariados, tomados individualmente ou em conjunto.

Parágrafo único – As leis, decretos, resoluções, portarias, deliberações, instruções técnicas e demais legislações pertinentes federais, estaduais e municipais, bem como, cartas patrimoniais, convenções e documentos históricos nacionais ou internacionais, além de teses, dissertações, pareceres e notas técnicas de profissionais habilitados fazem parte do arcabouço legal desta Deliberação Normativa.

Art. 2º - A realização de obra ou projeto público ou privado que tenha efeito real ou potencial, material ou imaterial, sobre área de proteção e/ou no entorno de bem identificado como tombado, inventariado ou com relevância histórica, artística, arquitetônica, urbanística, ambiental ou paisagística depende de Projeto Arquitetônico ou Urbanístico ou Paisagístico e complementares acompanhado de Plano de Intervenção Local, Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, Estudo Prévio de Impacto Cultural – EPIC, do respectivo Relatório de Impacto Cultural, de parecer ou nota técnica favorável expedida por profissional habilitado da Divisão de Patrimônio Histórico da FAEC e de aprovação do Conselho Deliberativo Municipal de Patrimônio Cultural.

Parágrafo único – Entende-se por obra, toda e qualquer intervenção antrópica física, estrutural, estética, artística, arquitetônica, urbanística ou paisagística, inclusive na paisagem urbana.

Art. 3º - A presente Deliberação Normativa se aplica às coisas pertencentes tanto às pessoas físicas, como às pessoas jurídicas de direito privado ou de direito público.

Parágrafo único - As ações relativas aos bens de valor histórico, artístico, arquitetônico e paisagístico levarão em conta a diversidade das formas de manejo do patrimônio e serão dirigidas para:

I - a preservação das edificações e dos conjuntos arquitetônicos ameaçados pela expansão imobiliária;

II - a compatibilização das necessidades de proteção dos bens com as de expansão urbana sem perdas da identidade cultural do Município;

III - a conciliação das necessidades de preservação com a exploração turística;

IV - a manutenção dos referenciais históricos das comunidades, a fim de proteger-lhes a identidade cultural;

V - a valorização das obras de arte e literárias criadas em qualquer época, com vistas a favorecer a dinâmica do processo cultural;

VI - a salvaguarda do patrimônio cultural, material e imaterial, associado ao transporte ferroviário da Antiga Estrada de Ferro Goiás, Rede Ferroviária Federal e Mogiana.

## CAPÍTULO II – DAS DEFINIÇÕES

Art. 4º - Entende-se por:

**I - Bem imaterial** as tradições e formas de expressão, as celebrações, práticas sociais e rituais, os conhecimentos, práticas e técnicas artesanais tradicionais, os lugares (como feiras e mercados) e outras expressões que representam a cultura de um povo, que passaram de geração a geração;

**II - Bem material** as edificações ou o conjunto destas, de importância artística ou histórica, as obras de

arte, mobiliário e objetos, os conjuntos paisagísticos, os locais da paisagem urbana relevantes culturalmente para determinado grupo de pessoas;

**III – Cultura**, genericamente conceituada, é tudo aquilo que o Homem produz ou cria como modo de vida para sua sobrevivência e relação com outros Homens ou manifestação de técnicas ou ideias que pode ser transmitidos aos seus sucessores por várias gerações;

**IV - Conservação** a integral salvaguarda dos bens culturais, mediante a elaboração de projetos de legislação urbanística e de uso e ocupação do solo que viabilizem a sua preservação, para proposição às administrações municipais, bem como a adoção de medidas técnicas próprias ou a execução de obras de intervenção, com a mesma finalidade.

**V - Entorno ou perímetro de entorno** a área de proteção que circunda o perímetro do bem tombado ou inventariado, conformando uma paisagem que pode ser composta de vazios, cheios, bens imóveis, móveis, naturais e artificiais e tudo aquilo que compreende o solo, o subsolo, o espaço aéreo e o que define o art. 4º, Capítulo II da Lei 5681/2016 deste Município;

**VI – Função Social da propriedade** é entendida quando a propriedade atende aos requisitos de aproveitamento, utilização adequada, preservação, manutenção e segurança e o que estabelece o § 1º do art. 1228 da Lei 10.406/2002 – Código Civil.

**VII – Perímetro de tombamento ou de inventário** os pontos delimitados geográfica ou topograficamente que delimita uma área de proteção de um bem edificado de valor arquitetônico, paisagístico ou urbanístico, separado ou em conjunto;

**VIII – Perímetro de Influência** é a área de visibilidade de um bem tombado ou inventariado, dentro da paisagem urbana.

**IX - Inventário** o levantamento documental dos bens de valor histórico-cultural material ou imaterial definindo o tipo de proteção a ser proposto ao bem, além da identificação e ao registro dos bens culturais e naturais, adotando-se, para sua execução, critérios técnicos de natureza histórica, artística, sociológica, antropológica e ecológica que lhe possibilitem fornecer suporte a ações administrativas e legais de competência do poder público;

**X - Laudo** a peça na qual, com fundamentação técnica, o profissional habilitado relata o que observou e apresenta suas conclusões;

**XI - Memorial descritivo** a peça ou documento que consiste na discriminação das atividades técnicas, das especificações e dos métodos construtivos a serem empregados na execução de determinada obra ou serviço técnico, em conformidade com o projeto;

**XII - Parecer técnico, também definido como Nota Técnica** é o documento por meio do qual se expressa opinião tecnicamente fundamentada sobre determinado assunto, emitido por profissional legalmente habilitado;

**XIII - Plano de intervenção local** o instrumento técnico que se constitui no conjunto de diretrizes dos programas e projetos voltados à reestruturação, requalificação ou reabilitação funcional e simbólica de setor ou zona urbana, que resulta em intervenção sobre uma realidade preexistente possuidora de características e configurações específicas e que tem como objetivo retomar, alterar ou acrescentar novos usos, funções e propriedades, além de promover a apropriação do espaço pela população que o ocupa;

**XIV - Preservação** o conjunto de procedimentos e

ações organizadas e integradas que objetivam manter a integridade e perenidade de patrimônio edificado, urbanístico ou paisagístico;

**XV - Reabilitação** a atividade técnica que consiste na requalificação de espaço edificado, urbanístico ou paisagístico usualmente para a mesma função;

**XVI - Recuperação paisagística** a recomposição de uma paisagem degradada, natural ou construída, a uma condição de não degradada, que pode ser diferente de sua condição original;

**XVII - Reforma como sendo** a renovação ou aperfeiçoamento, em parte ou no todo, mantendo as características de volume ou área sem acréscimos e a função de sua utilização atual, dos elementos de uma edificação, a serem executados em obediência às diretrizes e especificações constantes do projeto de reforma;

**XVIII - Registro** o reconhecimento e salvaguarda de uma determinada manifestação cultural de natureza imaterial ou intangível;

**XIX - Restauro** a atividade técnica que consiste em recuperar ou reintegrar, em parte ou integralmente, os elementos de um edifício, monumento ou conjunto arquitetônico, por meio das diversas formas de intervenção física, de caráter técnico e científico, que visem a sua preservação;

**XX - Reutilização** a atividade técnica que consiste na conversão funcional de um edifício, monumento ou conjunto arquitetônico, por meio da alteração do uso original, considerando suas características essenciais para garantir funções apropriadas ao espaço objeto de restauração, conservação ou preservação;

**XXI - Tombamento** o ato administrativo realizado pelo poder público com o objetivo de preservar, através da aplicação da lei, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico e ambiental para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados.

**XXII - Recuperar** o serviço que tem o sentido de restaurar, de fazer com que a obra ou peça retome suas características anteriores abrangendo um conjunto de serviços;

**XXIII – Reformar:** consiste em alterar as características de partes de uma obra ou de seu todo, desde que mantendo as características de volume ou área sem acréscimos e a função de sua utilização atual;

**XXIV – Manter** como sendo a ação de preservar aparelhos, máquinas, equipamentos e obras em bom estado de operação, assegurando sua plena funcionalidade;

**XXV – Reparar** a maneira de fazer que a peça, ou parte dela, retome seu funcionamento anterior;

**XXVI – Eventos** são atividades lícitas e pacíficas, apresentações, concentrações, declamações, carreatas, comemorações, comícios, desfiles, eventos, exposições, feiras, festejos, inaugurações, fogos, passeatas, pregações, orações, reuniões, teatro, shows e solenidades e qualquer outra aglomeração de pessoas para qualquer finalidade.

## CAPÍTULO III - DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E NATURAL

Art. 5º - O Poder Público Municipal dispensará proteção especial ao patrimônio histórico e cultural segundo os preceitos desta Deliberação Normativa e outras legislações municipal, estadual ou federal, além de tratados internacionais sobre o patrimônio histórico e cultural.

§ 1º - Os bens tombados, inventariados, registrados ou de relevância cultural passam a denominar bens protegidos.

§ 2º - As medidas restritivas aos bens inventariados,



de relevância cultural e tombados são destinadas ao livre uso, gozo e disposição do bem, tornando-se, por outro lado, obrigatória a sua preservação e conservação para as presentes e futuras gerações, exceto se destino diverso for autorizado por este Conselho.

Art. 6º - Fica definida nesta Deliberação Normativa a relevância cultural, histórica, paisagística, urbanística, arquitetônica e ambiental da própria paisagem urbana conforme o Capítulo II, art. 4º e seus incisos da Lei 5681/2016 deste Município, além de seu entorno e de sua influência, das seguintes áreas:

I - do remanescente dos bens materiais do complexo da Estrada de Ferro Goiás, Rede Ferroviária Federal S.A e Mogiana;

II - do espaço visual entre a Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus da Cana Verde e Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário;

III - do espaço visual proporcionado pelo Palácio dos Ferroviários em direção à Rua Joaquim Anibal e vice-versa;

IV - do traçado urbano do Bairro Centro;

V - da Praça Manoel Bonito;

VI - da Praça Padre Nilo Tabuquini;

VII - da Praça do Rosário;

VIII - dos Parques Lineares e Parques Urbanos;

IX - dos reservatórios de água potável da SAE construídos no início do século XX;

X - dos eixos estruturais formados pelas Avenidas Minas Gerais no sentido norte-sul e Hugo Carlos Dorázio, Theodoro de Veloso de Carvalho, Mato Grosso e Cel. Belchior de Godoy no sentido leste-oeste e seus prolongamentos;

XI - do conjunto de residências do final do século XIX da Rua Aurélio de Oliveira e das residências da antiga Rede Ferroviária Federal;

XII - do conjunto arquitetônico e paisagístico de todos os logradouros públicos definidos como praças ou áreas verdes;

XIII - dos bens imóveis tombados e/ou inventariados da zona urbana do distrito sede, dos distritos de Amanhece, Piracaíba, Florestina e da zona rural;

XIV - das ruas de pedra remanescentes;

XV - todos os exemplares arbóreos imunes ao corte. Parágrafo único - Toda e qualquer obra, em qualquer um dos bens protegidos ou de relevância cultural ou que venha interferir na paisagem urbana dos mesmos, deve ter aprovação deste Conselho e de outros órgãos de proteção do patrimônio histórico no âmbito que estão protegidos levando em consideração, também, sua respectiva autorização ou licença ambiental quando couber.

Art. 7º - O bem imaterial ou material para ser considerado de valor histórico e cultural para efeitos de registro, inventário ou tombamento deverá conter 2 (dois) dos critérios a seguir:

I - Representar uma obra criativa de um gênio que vive ou viveu em Araguari;

II - Manifestar o estilo de um determinado período ou em uma área cultural ou artística específica ou no desenvolvimento da arquitetura, das artes plásticas ou monumentais, de planejamento urbano ou de paisagismo;

III - Aportar um testemunho único ou excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização ainda viva ou que tenha desaparecido no Município de Araguari;

IV - Ser um exemplo de excepcional história representada em um edifício ou conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem natural ou antrópica que

ilustre uma ou várias etapas significativas da história de Araguari;

V - Estar associados diretamente ou tangivelmente a acontecimentos, a cultura ou tradições vivas, com ideias ou crenças, ou com obras artísticas ou literárias de significado excepcional;

VI - Constituir um exemplo excepcional de *habitat* ou estabelecimento humano tradicional ou do uso da terra, que seja representativo de uma cultura ou de culturas, especialmente as que tenham se tornado vulneráveis por efeitos de mudanças irreversíveis;

VII - Ser exemplos excepcionais representativos dos diferentes períodos da história da Terra, incluindo o registro da evolução, dos processos geológicos significativos em curso, do desenvolvimento das formas terrestres ou de elementos geomórficos e fisiográficos significativos;

VIII - Ser exemplos excepcionais que representem processos ecológicos e biológicos significativos para a evolução e o desenvolvimento de ecossistemas terrestres, aquáticos e de comunidades de plantas e animais;

IX - Conter fenômenos naturais extraordinários ou áreas de uma beleza natural e uma importância estética excepcionais;

X - Conter os *habitats* naturais mais importantes e mais representativos para a conservação *in situ* da diversidade biológica, incluindo aqueles que abrigam espécies ameaçadas que possuam um valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação. Art. 8º - Para os bens imateriais a forma de proteção é por Registro.

Parágrafo único - O procedimento a ser adotado para o Registro de Bens Imateriais será o definido na Portaria 47/2008 do IEPHA/MG ou sucessora.

Site: <https://sogi8.sogi.com.br/Arquivo/Modulo113.MRID109/Registro1256284/portaria%20iepha%20n%2047%20de%2028112008.pdf>

Art. 9º - Para os bens materiais a forma de proteção será por Tombamento.

§ 1º - O procedimento a ser adotado para o Tombamento de Bens Materiais será o definido na Portaria 29/2012 IEPHA/MG ou sucessora, Decreto Lei 25/1937 e Lei Municipal 2449/1989.

Site: <https://sogi8.sogi.com.br/Arquivo/Modulo113.MRID109/Registro1256280/portaria%20iepha%20n%2029%20de%2003072012.pdf>

§ 2º - O cancelamento de tombamento somente se dará sob justificativa plausível técnica, aprovada por mais de 2/3 (dois terços) dos membros efetivos do Conselho Deliberativo Municipal de Patrimônio Cultural de Araguari.

Art. 10 - O proprietário do bem protegido fica sujeito às seguintes obrigações:

I - Positivas:

a) Fazer obras de conservação necessárias à preservação do bem ou, se não tiver meios, comunicar a sua necessidade ao órgão competente, sob pena de incorrer em multa correspondente ao dobro da importância em que foi avaliado o dano sofrido pela coisa;

b) Explorar o turismo histórico e cultural do bem tombado;

c) Exercer o direito de propriedade definido no § 1º do art. 1228 da Lei 10.406/2002 (Código Civil);

II - Negativas:

a) O proprietário não pode destruir, demolir ou mutilar as coisas tombadas ou inventariadas nem, **sem prévia autorização do órgão de proteção do patrimônio**

**histórico**, repará-las, pintá-las ou restaurá-las, sob pena de multa de acordo com o dano causado;

b) Também não pode, em se tratando de bens móveis, retirá-los da cidade, senão por curto prazo, para fins de intercâmbio cultural, a juízo deste Conselho;

c) Tentada sua exportação, a coisa fica sujeita a sequestro e o seu proprietário, às penas cominadas para o crime de contrabando e multa prevista em lei específica;

III - de Suportar: o proprietário ou possuidor ou ocupante fica sujeito à fiscalização do bem pelo órgão técnico competente, sob pena de multa de 1.000 (um mil) UFRA em caso de opor obstáculos indevidos à vigilância.

#### CAPÍTULO IV – DOS INVENTARIADOS

Art. 11 – O inventário, conforme previsto no §1º do art. 216 da Constituição Federal de 1988, no art. 209 da Constituição Estadual e no § 4º do art. 181 da Lei Orgânica do Município, tem por finalidade a documentação histórico-cultural de um bem material, dotando-o de proteção devendo o proprietário, possuidor ou herdeiros, solicitar licença prévia a este Conselho para qualquer obra.

§ 1º – Os bens inventariados, reconhecidos por este Conselho, fazem parte da Lista de Bens Protegidos do Município, de acordo com o Anexo I desta Deliberação, bem como, os bens com finalidade única de levantamento cultural.

§ 2º – Os bens inventariados ou registrados gozam de proteção com vistas em evitar o seu perecimento ou degradação, a promover sua documentação histórico-cultural, preservação e segurança e a divulgar a respectiva existência, além de consistir na identificação e na compilação das características e peculiaridades históricas e da relevância cultural dos bens culturais e naturais, públicos ou privados,

§ 3º – O inventário tem por finalidades, entre outras:

I – promover, subsidiar e orientar ações e políticas públicas de preservação, divulgação e valorização do patrimônio cultural;

II – mobilizar e apoiar a sociedade civil na salvaguarda do patrimônio cultural;

III – promover o acesso ao conhecimento e à fruição do patrimônio cultural;

IV – subsidiar ações de educação patrimonial nas comunidades e nas redes de ensino pública e privada.

§ 4º – Passa a fazer parte dos bens inventariados do Município, todos os bens móveis, de valor histórico, cultural, artístico e literário, pertencentes as entidades públicas municipais definidas como casa da cultura, museus, arquivos públicos, espaço Museal e bibliotecas, a serem inseridos nas Fichas de Inventário.

§ 5º - Os bens inventariados ficam qualificados como objeto material dos crimes previstos nos art. 62 a 65 da Lei 9.605/98.

§ 6º - Um determinado bem cultural, será considerado inventariado, após suas informações serem lançadas formalmente em ficha de inventário, o proprietário devidamente notificado e aprovadas por este Conselho.

§ 7º - Bens culturais com características insuficientes para o inventário, serão considerados apenas para fins de levantamento cultural e não gozarão de proteção prévia, não satisfazendo as restrições impostas pela legislação vigente ou por esta Deliberação.

#### CAPÍTULO V – DOS REGULAMENTOS

Art. 12 - Para o cumprimento do art. 2º desta Deliberação, convencionam-se regulamentos internacionais, federais, estaduais e municipais como embasamento



legal para as análises e aprovações do que se trata, além desses:

I – Para projetos de prevenção e combate a incêndio: PORTARIA Nº 366, DE 04 DE SETEMBRO DE 2018 do IPHAN ([http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/39939012/do1-2018-09-06-portaria-n-366-de-4-de-setembro-de-2018-39938860](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/39939012/do1-2018-09-06-portaria-n-366-de-4-de-setembro-de-2018-39938860)), e Instruções Técnicas nº 35 do Corpo de Bombeiro de Minas Gerais ([http://bombeiros.mg.gov.br/images/stories/dat/it/it\\_35\\_seguranca\\_contra\\_incendio\\_em\\_edificacoes\\_historicas\\_%20ed.pdf](http://bombeiros.mg.gov.br/images/stories/dat/it/it_35_seguranca_contra_incendio_em_edificacoes_historicas_%20ed.pdf));

II – Estudo Prévio de Impacto Cultural – EPIC: Deliberação Normativa CONEP 007/2014 e Portaria IEPHA nº 52/2014 ou sucessoras e seus anexos;

III – Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV: dividido em duas (2) fases, sendo a primeira de pré-ocupação – anterior a execução da obra ou projeto e a segunda de pós-ocupação – posterior a execução da obra ou projeto: Lei Federal 10.257/2001 – Estatuto da Cidade; IV – Cartas Patrimoniais e de Restauro aceitas pelo IPHAN – Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: descritas no sítio eletrônico do órgão (<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>);

V – As restrições urbanísticas ou Diretrizes, Normas ou Plano de Gestão descritos nos dossiês de tombamento e nas previsões de proteção dos inventários;

VI – Deliberações do Conselho Deliberativo Municipal de Patrimônio Cultural de Araguari e/ou Conselho Estadual do Patrimônio Cultural – CONEP/MG.

## **CAPÍTULO VI – DAS MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS**

Art. 13 - Medidas mitigatórias são estabelecidas previamente à instalação de um empreendimento e comportam ações que visam a diminuição dos impactos negativos no meio ambiente cultural e em especial aos bens tombados e/ou inventariados, extensível a paisagem urbana que os interligam.

Art. 14 - As medidas compensatórias são definidas para minimizar os impactos negativos causados ao meio ambiente cultural face as obras realizadas na área de tombamento, de entorno e de influência direta ou indireta a um bem tombado ou inventariado.

Parágrafo único – São consideradas medidas compensatórias para minimizar danos ao patrimônio cultural:

I – Restauro de um bem tombado ou inventariado público ou privado;

II – Educação Patrimonial com ações integradas que englobe referências culturais de natureza imaterial e material da população;

III – Execução e Concepção de Plano de Manejo;

IV – Concepção e execução de Plano de Inventário;

V – Repasses financeiros ao Fundo de Patrimônio Cultural;

VI – Projetos e Execução de Salvaguarda, Conservação, Manutenção, Reparação de bens móveis e bens integrados protegidos;

VII – Outras definidas pelo Conselho, aprovadas em ata, em virtude da complexidade da obra.

Art. 15 - As medidas mitigadoras e compensatórias ao patrimônio cultural deverão ser estabelecidas prevenindo os seguintes impactos a curto, médio ou longo prazo sob os bens tombados ou inventariados:

I – imagem urbana ou ambiental: visibilidade, poluição visual, atmosférica, sonora;

II – resíduos sólidos, líquidos, orgânicos e tóxicos de qualquer natureza;

III – tráfego, trafegabilidade, circulação viária, mobilidade urbana;

IV – volumetria ou altura das edificações;

V – efeitos dos ventos;

VI – sombreamento e insolação;

VII – recalque diferencial;

VIII – drenagem pluvial e/ou cursos d'água, assoreamento, carregamentos, erosão;

IX – meio biótico

X – meio abiótico;

XI – ecossistema;

XII – efeito estufa ou emissão de carbono;

XIII – valorização ou desvalorização imobiliária;

XIV – aumento populacional;

XV – históricos e culturais.

Parágrafo único – Os impactos serão inicialmente identificados e, posteriormente, avaliados utilizando-se a Matriz de Avaliação Quanti-qualitativa de Impactos Ambientais-Culturais, onde são caracterizados os impactos quanto aos seguintes atributos:

I - Natureza: positivo ou negativo

II - Prazo de Ocorrência: a curto, médio ou longo prazo

III - Área de Incidência: localizado ou disperso

IV - Duração: temporário ou permanente

V - Magnitude: pequena, média ou grande

VI - Grau de Resolução das medidas propostas para reduzir ou potencializar um dado impacto: baixo, médio ou alto

VII - Grau de Relevância tendo em vista a magnitude do impacto e o grau de resolução das medidas propostas, conclui-se sobre sua relevância: baixa, média ou alta.

## **CAPÍTULO VII – DOS LICENCIAMENTOS**

Art. 16 - Com base nos artigos 10 e 11 da Lei Municipal 2449/1989, as obras e/ou projetos na Zona de Tombamento e de Preservação ao Patrimônio Histórico e em áreas afetadas ao patrimônio cultural edificado ou natural protegido, serão licenciadas mediante o cumprimento do art. 2º desta Deliberação mediante parecer favorável de arquiteto e urbanista da Divisão de Patrimônio Histórico e aprovação do Conselho Deliberativo Municipal de Patrimônio Cultural de Araguari.

Parágrafo único – Fica definido que o perímetro de tombamento ou de inventário é o limite interno do lote ou gleba onde está locado o bem; perímetro de entorno de bem tombado e inventariado é de 50 (cinquenta) metros a partir das confrontações, sendo que o perímetro de influência direta é de 200 (duzentos) metros e de influência indireta de 1.000 (mil) metros, conforme especificado no Anexo II.

## **SEÇÃO I – DOS ESTUDOS**

Art. 17 - Qualquer projeto ou obra realizados em bem integrante do patrimônio histórico, artístico, arquitetônico, paisagístico ou de relevância cultural, os tombados ou inventariados, voltada para sua manutenção, conservação, preservação, restauração ou reconstrução, deverá observar o art. 7º da Lei Estadual 11726/1994 (<http://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-11726-1994-minas-gerais-dispoe-sobre-a-politica-cultural-do-estado-de-minas-gerais>).

Parágrafo único - As medidas mitigadoras e/ou compensatórias vinculadas aos estudos apresentados pelo requerente de obra/projeto serão homologadas pelo Conselho Deliberativo Municipal de Patrimônio Cultural de acordo com a especificidade de cada obra ou projeto, não sendo aceitas aquelas medidas que compõem estrutural ou esteticamente a obra ou projeto a ser

executado.

Art. 18 - O Estudo Prévio de Impacto Cultural – EPIC e seu respectivo Relatório de Impacto Cultural serão adotados para quaisquer intervenções realizadas até o perímetro de influência direta de um bem tombado.

Art. 19 - O Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV e seu respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança serão adotados para quaisquer obras realizadas até o perímetro de influência direta de um bem tombado ou inventariado.

§ 1º – O estudo de Impacto de Vizinhança – EIV e seu Relatório de Impacto de Vizinhança serão apresentados em duas (2) etapas, sendo:

I – a primeira, anterior a execução da obra ou o estudo com as devidas considerações acerca dos possíveis impactos positivos e negativos que a obra ou projeto poderá causar num bem inventariado ou tombado, enumerando as medidas mitigadoras;

II - a segunda, posterior a execução da obra - pós-ocupação ou estudo com o diagnóstico concreto dos impactos positivos e negativos que a obra ou projeto causou num bem inventariado ou tombado, evidenciando as falhas das medidas mitigadoras, enumerando as medidas compensatórias a curto, médio e longo prazo.

## **SEÇÃO II – DOS PROJETOS**

Art. 20 – Os projetos arquitetônicos, urbanísticos ou paisagísticos de reforma, restauro, requalificação, reabilitação, reutilização de bens imóveis tombados ou inventariados, deverão estar acompanhados de Memorial Descritivo e Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, além do que já foi descrito nesta Deliberação.

Parágrafo único – A apresentação dos projetos deverão seguir as Normas Brasileiras da ABNT.

Art. 21 - Os projetos e/ou obras de novas construções ou reformas de edificações existentes no entorno de bem tombado, deverão seguir as seguintes diretrizes:

I - No perímetro de entorno de um bem tombado:

a) não poderão ultrapassar em número de pavimentos, a altura da cumeeira ou da platibanda mais alta do bem tombado;

b) a nova construção deverá manter os afastamentos laterais e de fundo, definidos no Código de Obras ou Lei de uso e ocupação do solo, não sendo permitida construção de edificação a menos de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) da divisa com bem tombado ou inventariado, sendo que o afastamento frontal deverá estar recuado, no mínimo, de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) além da linha frontal do bem tombado, inclusive marquises, para garantir a sua visibilidade em quaisquer uma das direções;

c) para edificações comerciais, a identificação visual do estabelecimento, deverá estar paralela a rua obedecendo o recuo da edificação;

d) as cores deverão ser sóbrias, claras e que não chamem mais atenção que as cores do bem tombado.

II – No perímetro de influência direta de um bem tombado:

a) só poderão ultrapassar em número de pavimentos 2 (duas) vezes a altura da cumeeira ou da platibanda mais alta do bem tombado;

b) os afastamentos deverão seguir os mesmos definidos na alínea “b” do inciso anterior;

c) seguir as alíneas “c” e “d” do inciso anterior.

§ 1º – Demais diretrizes deverão ser definidas pelo arquiteto e urbanista da Divisão de Patrimônio Histórico da FAEC, seguindo os regulamentos já definidos nes-



ta Deliberação, homologadas por este Conselho, para cada um dos projetos conforme suas peculiaridades e complexidades.

§ 2º – Desmembramentos de áreas de tombamentos, somente serão aceitas caso o bem tombado esteja, no mínimo, em todas as confrontações laterais e de fundo, a 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) das novas divisas de confrontações, exceto aquelas confrontações com logradouros públicos, caso de esquinas.

Art. 22 – Os projetos de recuperação parcial de bens tombados, como pisos, fachadas, forros, esquadrias ou outras partes, deverão ser apresentados com documentação fotográfica, memorial descritivo e quantitativo com referência dos materiais a serem usados, esquemas de cores, desenhos de detalhamento e demais informações pertinentes.

Art. 23 – Para os projetos de Restauro, deverá ser observada a Carta de Restauro de 1972 e demais cartas patrimoniais, bem como o Manual de Elaboração de Projetos de Preservação do Patrimônio Cultural, ambos encontrados no sítio eletrônico do IPHAN ou retirados junto a Divisão de Patrimônio Histórico/FAEC.

Art. 24 – Demais projetos deverão seguir as Normas Brasileiras da ABNT e art. 12 desta Deliberação.

#### SEÇÃO III – DAS DEMOLIÇÕES

Art. 25 – O bem tombado não é passível de demolição.

§ 1º – Caso um bem tombado for demolido, o responsável, proprietário, possuidor ou herdeiro(s) será obrigado a pagar a multa máxima definida no art. 72 do Decreto Federal nº 6.514/2008, além de responder pelos crimes previstos nos art. 62 e 63 da Lei 9.605/98.

§ 2º – Caso o bem tombado imóvel que for mantido em ruínas iminente, para justificar uma demolição e venha a desabar por falta de manutenção ao longo dos anos, o proprietário, possuidor ou herdeiros pagará a multa máxima combinada definida nos artigos 72 e 73 do Decreto Federal nº 6.514/2008, responderá pelos crimes previstos nos art. 62 e 63 da Lei 9.605/98 e ficará obrigado a reconstruir o bem, adotando técnica de restauro e em caso de descumprimento, o bem será desapropriado e o valor a ser pago será utilizado para sua reconstrução.

§ 3º – O bem tombado, mesmo que descaracterizado ou com risco iminente de ruína, não poderá ser demolido em tempo algum, devendo o proprietário ou possuidor ou herdeiros proceder o restauro do bem, incorrendo, caso descumpra essa Deliberação Normativa, nos crimes previstos nos art. 62 e 63 da Lei 9.605/98 além da multa combinada definida nos artigos 72 e 73 do Decreto Federal nº 6.514/2008.

Art. 26 – O bem inventariado, poderá ser demolido, autorizado por este Conselho, as expensas dos proprietários, possuidores ou herdeiros, mediante medida compensatória, após o recolhimento ao Fundo de Preservação de Patrimônio Cultural de valor financeiro acordado entre as partes (Conselho, FAEC/Prefeitura e proprietário), nunca inferior a 5.000 UFRA, por meio de Termo de Ajuste de Conduta – TAC, recolhido ao Fundo de Preservação Cultural.

Art. 27 – A legalização de demolição de um bem inventariado será autorizada por este Conselho após a quitação da multa mínima definida no art. 72 do Decreto Federal nº 6.514/2008, recolhida ao Fundo de Preservação de Patrimônio Cultural.

#### SEÇÃO IV – DAS DESCARACTERIZAÇÕES

Art. 28 – O bem tombado que for descaracterizado

após constatado por órgãos de patrimônio histórico e cultural municipal ou estadual ou federal, mediante parecer técnico, seu proprietário ou possuidor ou herdeiro será obrigado a pagar multa máxima definida no art. 73 do Decreto Federal nº 6.514/2008, recolhida ao Fundo de Preservação de Patrimônio Cultural, fica obrigado a reverter a descaracterização as suas expensas, por técnicas de restauro.

Parágrafo único – O incêndio a um bem tombado ou inventariado, criminoso ou não, pressupõe em descaracterização do bem, ficando o proprietário, possuidor ou herdeiros sujeitos as sanções previstas no art. 72 e 73 do Decreto Federal nº 6.514/2008 e nos art. 62 e 63 da Lei 9.605/98, que cessarão com o restauro do bem.

Art. 29 - O bem imóvel inventariado que for descaracterizado, será multado em 1.500 (um mil e quinhentas) UFRA, recolhida ao Fundo de Preservação de Patrimônio Cultural

Art. 30 - O bem inventariado ou tombado que passar por obras não autorizadas, fica sujeito a multa definida no art. 73 do Decreto Federal nº 6.514/2008, conforme sua complexidade a ser definida por este Conselho e recolhida ao Fundo de Preservação de Patrimônio Cultural, levando em consideração o dano causado.

Art. 31 - Os bens imóveis tombados que foram descaracterizados ou seus proprietários os abandonaram deixando deteriorar pelo tempo perdem a isenção de IPTU e sofrerão encargos definidos pelo IPTU Progressivo conforme lei específica, bem como, a função social da propriedade se perde e o proprietário ou possuidor responderá por crime conforme art. 63 da Lei 9605/98 combinado com o art. 28 desta Deliberação.

§ 1º - Os bens imóveis tombados abandonados ou em estado de conservação abaixo de 60% (sessenta por cento) em “BOM” ou que atingirem estado de conservação “RUIM” ou “PESSIMO” ou “PRECÁRIO”, seus proprietários ou possuidores ou herdeiros serão notificados e após 6 (seis) meses nesta condição, serão multados em 1.000 (um mil) UFRA (Unidade Fiscal de Referência de Araguari) mensais até a sua reparação.

§ 2º - Os imóveis abandonados que são tombados pelo Município, estarão sujeitos as sanções previstas no art. 62 da Lei Federal 9605/1998, no art. 72 do Decreto Federal 6514/2008, no art. 1.276 da Lei Federal 10.406/2002 - Código Civil, bem como do art. 64, seus parágrafos e incisos da Lei 13.465/2017.

§ 3º - As multas cessarão após o início do processo de restauro ou manutenção ou ocupação do bem.

§ 4º - As multas deverão ser quitadas por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM e aquelas não pagas entrarão no passivo imobiliário do imóvel, não prescrevendo.

§ 5º - O estado de conservação dos bens tombados será definido pelos Laudos de Conservação emitidos pela Divisão de Patrimônio Histórico/FAEC anualmente em virtude do ICMS Cultural.

#### SEÇÃO V – DAS OBRAS

Art. 32 – Toda obra deverá ser executada, na Zona de Tombamento e de Preservação ao Patrimônio Histórico e em áreas afetas ao patrimônio cultural edificado ou natural tombado e inventariado, após a aprovação por este Conselho, de todos os projetos, estudos, planos previstos nesta Deliberação ou outras legislações vigentes.

§ 1º – Para o restauro parcial ou total de bens tomba-

dos imóveis, privados ou públicos, o responsável técnico pelos projetos e obra deverá ser um arquiteto e urbanista, tendo em vista as atribuições privativas da profissão especificadas pela Resolução nº 51/2013 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/BR.

§ 2º – Promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com esta Deliberação implicará em multa prevista no art. 74 do Decreto Federal nº 6.514/2008.

§ 3º – O Plano de Intervenção Local deverá ser apresentado, após o diagnóstico realizado pelo empreendedor, seguindo a seguinte estruturação:

I – Introdução: descrever a motivação;

II – Problema: definir o problema ou seja, em que intervir;

III – Justificativa: identificar a escolha do problema ou seja, por que intervir;

IV – Objetivos: ações que definirão o para que intervir;

a) Objetivo geral: o que pretende alcançar

b) Objetivos específicos: as ações para atingir o objetivo geral;

V – Revisão de Literatura: as bases teóricas para entendimento das questões do problema e da intervenção proposta;

VI – Metodologia: conjunto de abordagens, técnicas e processos utilizados para resolver o problema ou seja, como intervir;

VII – Cronograma: a compatibilização das atividades propostas com o tempo previsto para a realização do projeto, ou seja, quando intervir;

VIII – Recursos necessários: são o conjunto de todos os elementos necessários à aplicação do projeto de intervenção;

IX – Resultados esperados: apresentação dos resultados práticos esperados com a implementação, ou seja, o que espera alcançar com a intervenção;

X – Referências bibliográficas: identificam todos os documentos utilizados como base para a elaboração do projeto ou citados ao longo do trabalho.

§ 4º - O Plano de Intervenção Local terá como finalidade compreender a relação da obra ou empreendimento com o patrimônio cultural edificado, os elementos culturais integrados e a paisagem urbana que o envolve.

Art. 33 – A obra em bem tombado ou inventariado, privado, deverá ser executada por pessoa jurídica ou pessoa física que comprove serviços ou obras de restauro, por meio de acervo emitido pelo Conselho Federal correspondente a arquitetura ou engenharia.

§ 1º – Toda obra deverá ter seu Registro ou Anotação de Responsabilidade Técnica emitido pelo Conselho profissional correspondente, quitado, tanto para a execução de obra como para todos os projetos, memoriais ou estudos necessários.

§ 2º – Empresas especificamente de engenharia podem executar obras de restauro, desde que consta no seu quadro pessoal o arquiteto e urbanista, com vínculo superior a 180 (cento e oitenta) dias que será o responsável técnico pela parte documental e pela execução da obra, observada a Resolução 91/2014 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/BR.

Art. 34 – Nas licitações públicas para o restauro de bens tombados de propriedade do Município, os projetos, memoriais, estudos, orçamentos, enfim a parte documental será considerada como serviço e a execu-



ção da parte documental será considerada como obra.  
§ 1º – A mão-de-obra especializada para o restauro dos itens da obra, serão considerados como serviços e estarão sobre a coordenação e responsabilidade do arquiteto e urbanista executor da obra como um todo.  
§ 2º – As planilhas de orçamento e custos serão baseadas nas TABELAS SINAPI-CAIXA-MG, SETOP-MG e INCC para atualização ou para itens específicos apresentar 3 (três) orçamentos específicos.

§ 3º - A constatação de fraude na emissão de orçamentos específicos, os emitentes serão responsabilizados juridicamente.

Art. 35 – Para as obras de conservação-restauração de elementos artísticos integrados em bem de interesse cultural, os Conservadores-Restauradores deverão comprovar 2 (dois) anos de trabalhos em obras de conservação-restauração de elementos artísticos integrados, cujo atestado de competência técnica deverá ser emitido por pessoa jurídica de direito público e/ou privado em nome da Contratada, ou de seu responsável legal, ou caso emitido pelo fornecedor do serviço deverá possuir respectiva validação do órgão público contratante ou fiscalizador da obra.

#### **CAPÍTULO VIII – DO MEIO AMBIENTE CULTURAL**

Art. 36 – Entende-se por meio ambiente cultural todos os bens naturais e antrópicos de valor cultural e histórico protegidos, inclusive os inventariados, desde o solo, as águas, a flora, a fauna, as belezas naturais e artificiais (meio urbano), o ser humano, o patrimônio histórico, artístico, turístico, arquitetônico, urbanístico, paisagístico, monumental, arqueológico, espeleológico, paleontológico, além das percepções das narrativas sociológicas, a morfologia urbana e os sistemas urbanos.

Art. 37 – Recomenda-se a adoção de todas as medidas administrativas tendentes a prevenir e/ou minimizar impactos ao meio ambiente cultural, especialmente a bens culturais protegidos, inclusive em seu entorno.

§ 1º - Todo e qualquer evento público nas dependências internas ou externas de um bem tombado até o limite de influência direta, deverá ter a aprovação deste Conselho, com antecedência de 30 (trinta) dias.

§ 2º – A realização de qualquer evento conforme o parágrafo anterior, sem autorização deste Conselho, incidirá multa ao proprietário, possuidor ou herdeiro e ao organizador de 5.000 (cinco mil) UFRA.

§ 3º – Observando os princípios da prevenção e do desenvolvimento sustentável, no processo de licenciamento ambiental, da instalação e operação de atividades econômicas, estudo prévio de impacto cultural, estudo de impacto de vizinhança e plano de intervenção local, deverão ser obrigatoriamente analisados todos os impactos sobre os bens culturais materiais e imateriais para se averiguar a viabilidade do empreendimento, prevenir danos e se propor as correspondentes medidas mitigadoras e compensatórias.

Art. 38 – A instalação e operação de atividades econômicas proibidas em patrimônio cultural protegido são:  
I – Mineração ou extração de cascalho, areia ou afins;  
II – Indústria ou fábrica de qualquer natureza;  
III – Depósitos de madeira; de material inflamável e/ou explosivo; de material tóxico e/ou contaminante; de papel, papelão e/ou plástico; de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos; de borracha, pneus e afins; de couro e fins; de ferro velho e/ou sucata;  
IV – abatedouros de qualquer natureza;

V – com reverberação de som, ruído ou trepidação.  
Art. 39 - No interior de área de tombamento, inclusive no interior das edificações tombadas e no entorno de tombamento de bens protegidos públicos ou privados, não será permitido o acúmulo de lixos, rejeitos e/ou resíduos de qualquer natureza para qualquer fim.

Parágrafo único – O responsável pelos lixos, rejeitos e/ou resíduos, bem como o proprietário, possuidor ou herdeiros, serão notificados para a retirada dos mesmos no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos e o não cumprimento da notificação, responderá pelo crime definido no art. 65 da Lei Federal 9605/1998 e pagará a multa definida no art. 75 do Decreto Federal 6514/2008 deliberada por este Conselho.

Art. 40 - A afixação de anúncios, cartazes ou letreiros publicitários (outdoor) até a área de influência indireta ao bem protegido é expressamente proibida, sendo que a afixação de letreiros de identificação visual no bem protegido com atividade comercial, somente sob autorização do Conselho Deliberativo Municipal de Patrimônio Cultural após análise e aprovação de projeto.

#### **CAPÍTULO IX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 41 - As multas aplicadas não cessam a responsabilidade do proprietário, possuidor ou herdeiros de cumprimento de outras medidas de preservação e conservação previstas nesta Deliberação ou em legislação específica.

Art. 42 – As multas ou medidas compensatórias e mitigadoras previstas nesta Deliberação Normativa serão receitas do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural de Araguari criado pela Lei 4594/2009.  
§ 1º - As multas previstas nesta Deliberação Normativa poderão ser recorridas ao plenário do Conselho Deliberativo Municipal de Patrimônio Cultural de Araguari.

§ 2º - Para todas as sanções, medidas mitigadoras ou compensatórias ou multas será firmado, para seu cumprimento, o Termo de Ajuste de Conduta - TAC.

Art. 43 - Não se concebe que um bem protegido como patrimônio cultural possa ser degradado ou destruído ou conspurcado ao exclusivo arbítrio de seu proprietário ou detentor ou possuidor ou herdeiro.

Art. 44 – O não cumprimento desta Deliberação, os casos serão levados órgãos estaduais ou federais do poder judiciário para dirimir quaisquer dúvidas.

Art. 45 – Esta Deliberação Normativa entra em vigor na data da sua aprovação, que constará em ata, pelo Conselho Deliberativo Municipal de Patrimônio Cultural de Araguari.

ARAGUARI, Estado de Minas Gerais, em 29 de maio de 2019.  
APROVADA EM 11 DE JUNHO DE 2019 CONFORME CONSTA EM ATA.

Este texto não substitui o original arquivado no Conselho

**Alessandre Humberto de Campos**

Presidente do Conselho

**Paulo Vitor Cavanholi Seles Dias**

Secretário do Conselho

#### **Anexo I – Bens Protegidos -**

#### **Deliberação Normativa 001/2019**

Conselho Deliberativo Municipal de Patrimônio Cultural de Araguari

#### **LISTA DOS BENS IMÓVEIS INVENTARIADOS PELO MUNICÍPIO DE ARAGUARI**

As edificações e áreas de interesse histórico e arquitetônico mapeadas até o ano de 2018 são, sen-

do que a “Denominação” é da época da pesquisa:

**001 - Denominação:** Igreja Nossa Senhora de Fátima  
**Endereço:** Praça Augusto Diniz, 239, B. de Fátima  
**Ano do Inventário:** 15/11/1998

**002 - Denominação:** Cooperativa de Ensino de Araguari

**Endereço:** Praça Augusto Diniz, 198, B. de Fátima  
**Ano do Inventário:** 30/09/1998

**003 - Denominação:** Prédio da Estação

**Endereço:** Praça Gaioso Neves, s/n, centro  
**Ano do Inventário:** 14/09/1998

**004 - Denominação:** Antigo Prédio da Superintendência de Água e Esgoto - SAE

**Endereço:** Praça Gaioso Neves, s/n, centro  
**Ano do Inventário:** 11/11/1998

**005 - Denominação:** Prédio do Departamento de Viação

**Endereço:** Praça Gaioso Neves, s/n, centro  
**Ano do Inventário:** 11/11/1998

**006 - Denominação:** Prédio das Oficinas

**Endereço:** Praça Gaioso Neves, s/n, centro  
**Ano do Inventário:** 20/11/1998

**007 - Denominação:** Prédio do Almoxarifado

**Endereço:** Praça Gaioso Neves, s/n, centro  
**Ano do Inventário:** 11/11/1998

**008 - Denominação:** Antiga pensão “Avenida”

**Endereço:** Praça Gaioso Neves, 76, centro  
**Ano do Inventário:** 28/09/1998

**009 - Denominação:** Edifício de Função Mista

**Endereço:** Praça Gaioso Neves, 104/108, centro  
**Ano do Inventário:** 24/09/1998

**010 - Denominação:** Só Embalagens

**Endereço:** Praça da Constituição, 9, esq. c/ Rua Cel. José Ferreira Alves, centro

**Ano do Inventário:** 22/09/1998

**011 - Denominação:** Lucas Bar Restaurante / Hotel Del Rei

**Endereço:** Rua Luiz Schinoor, 26, esq. c/ Praça da Constituição, centro

**Ano do Inventário:** 28/09/1998

**012 - Denominação:** Residência

**Endereço:** Rua Luiz Schinoor, 87, centro  
**Ano do Inventário:** 28/09/1998

**013 - Denominação:** Edificação de Uso Misto

**Endereço:** Praça da Constituição, 98, centro  
**Ano do Inventário:** 23/09/1998

**014 - Denominação:** Residência

**Endereço:** Praça da Constituição, 108, centro  
**Ano do Inventário:** 21/10/1998

**015 - Denominação:** Igreja Evangélica Batista

**Endereço:** Praça da Constituição, 120, centro  
**Ano do Inventário:** 29/09/1998

**016 - Denominação:** antiga São José Automóveis

**Endereço:** Praça da Constituição, 181, esq. c/ Rua Rodolfo Paixão, centro

**Ano do Inventário:** 22/09/1998

**017 - Denominação:** Dormitório Araguari

**Endereço:** Praça da Constituição, 237, centro  
**Ano do Inventário:** 29/08/1998

**018 - Denominação:** Pharmácia Adalardo

**Endereço:** Avenida Joaquim Aníbal, 116, esq. c/ Rua Quinca Mariano, centro

**Ano do Inventário:** 11/10/1998

**019 - Denominação:** Residência / Comércio (demolida)

**Endereço:** Av. Joaquim Aníbal, 204, 212, esq. c/ Rua Cel. Lindolfo França, centro

**Ano do Inventário:** 15/11/1998

**020 - Denominação:** Residência Maria Ferreira Alves



**Endereço:** Av. Joaquim Aníbal, 283, centro  
**Ano do Inventário:** 14/09/1998  
**021 - Denominação:** Colégio Sagrado Coração de Jesus – Setor de Rendas Imobiliárias da Prefeitura  
**Endereço:** Av. Joaquim Aníbal, s/n, esq. c/ Rua Virgílio de Melo Franco, centro  
**Ano do Inventário:** 25/08/1998  
**022 - Denominação:** Colégio Sagrado Coração de Jesus  
**Endereço:** Rua Virgílio de Melo Franco, 513, centro  
**Ano do Inventário:** 25/08/1998  
**023 - Denominação:** Colégio Sagrado Coração de Jesus  
**Endereço:** Rua Virgílio de Melo Franco, 513, centro  
**Ano do Inventário:** 05/10/1998  
**024 - Denominação:** antigo Conservatório Estadual de Música  
**Endereço:** Pça. Elmiro Barbosa, s/n, esq. c/ R. Virgílio de Melo Franco, centro  
**Ano do Inventário:** 25/08/1998  
**025 - Denominação:** Colégio Sagrado Coração de Jesus – Jardim Colibri  
**Endereço:** Praça Elmiro Barbosa, s/n, centro  
**Ano do Inventário:** 21/10/1998  
**026 - Denominação:** Capela do Sagrado Coração de Jesus  
**Endereço:** Av. Joaquim Aníbal, s/n, centro  
**Ano do Inventário:** 25/08/1998  
**027 - Denominação:** Colégio Sagrado Coração de Jesus – Auditório  
**Endereço:** Av. Joaquim Aníbal, s/n, centro  
**Ano do Inventário:** 25/08/1998  
**028 - Denominação:** Antiga Casa Aníbal  
**Endereço:** Av. Joaquim Aníbal, 422, esq. c/ Rua Maricota Santos, centro  
**Ano do Inventário:** 25/08/1998  
**029 - Denominação:** Residência  
**Endereço:** Av. Joaquim Aníbal, 544, centro  
**Ano do Inventário:** 30/11/1998  
**030 - Denominação:** Residência  
**Endereço:** Rua Av. Joaquim Aníbal, 549, esq. c/ Rua Bias Fortes, centro  
**Ano do Inventário:** 27/10/1998  
**031 - Denominação:** Residências / Salão Reluz Cabelo e Pele  
**Endereço:** Rua da Glória, 18, centro  
**Ano do Inventário:** 21/10/1998  
**032 - Denominação:** Residência  
**Endereço:** Rua Dom Silvério, 352, esq. c/ Praça do Rosário, centro  
**Ano do Inventário:** 28/08/1998  
**033 - Denominação:** Residência  
**Endereço:** Rua Bias Fortes, 467, centro  
**Ano do Inventário:** 28/08/1998  
**034 - Denominação:** Residência  
**Endereço:** Rua Bias Fortes, 559, esq. c/ Av. Joaquim Aníbal, centro  
**Ano do Inventário:** 29/08/1998  
**035 - Denominação:** Residência  
**Endereço:** Rua Wenceslau Braz, 282, esq. c/ Rua Rodolfo Paixão, centro  
**Ano do Inventário:** 09/11/1998  
**036 - Denominação:** antiga Capis Informática Ltda.  
**Endereço:** Rua Wenceslau Braz, 328, centro  
**Ano do Inventário:** 21/09/1998  
**037 - Denominação:** Residência  
**Endereço:** Rua Pedro Nasciutti, 1061, esq. c/

Wenceslau Braz, centro  
**Ano do Inventário:** 22/09/1998  
**038 - Denominação:** Residência  
**Endereço:** Rua Olegário Maciel, 165, centro  
**Ano do Inventário:** 15/11/1998  
**039 - Denominação:** Lanchonete Pastelaria Endo  
**Endereço:** Rua Padre Lafaiete, 82, esq. Rua Rodolfo Paixão, centro  
**Ano do Inventário:** 18/09/1998  
**040 - Denominação:** Residência  
**Endereço:** Rua Padre Lafaiete, 256, centro  
**Ano do Inventário:** 30/10/1998  
**041 - Denominação:** Residência  
**Endereço:** Rua Padre Lafaiete, 288, centro  
**Ano do Inventário:** 09/11/1998  
**042 - Denominação:** Mata do Desamparo  
**Endereço:** Rua Dona Rosa Rady  
**Ano do Inventário:** 20/11/1998  
**043 - Denominação:** Residência / Comércio  
**Endereço:** Rua Antônio Lemos da Silva, 338, esq. c/ Rua Major Joaquim Magalhães  
**Ano do Inventário:** 10/11/1998  
**044 - Denominação:** Escola Padre Eloi (demolida)  
**Endereço:** Rua Uberaba, 346, esq. c/ Rua Dr. Alberto Moreira, centro  
**Ano do Inventário:** 22/10/1998  
**045 - Denominação:** Associação Goiás Atlético  
**Endereço:** Av. Joaquim Aníbal, 577, esq. c/ Rua Bias Fortes  
**Ano do Inventário:** 14/09/1998  
**046 - Denominação:** Edificação de Função Mista  
**Endereço:** Av. Joaquim Aníbal, 825, 839 esq. c/ Rua Luiz Schinoor  
**Ano do Inventário:** 30/09/1998  
**047 - Denominação:** Residência  
**Endereço:** Rua Cel. José Ferreira Alves, 466, esq. c/ Rua Quinca Mariano, centro  
**Ano do Inventário:** 23/09/1998  
**048 - Denominação:** Residência  
**Endereço:** Rua Cel. José Ferreira Alves, 528, centro  
**Ano do Inventário:** 23/09/1998  
**049 - Denominação:** Residência  
**Endereço:** Rua Cel. José Ferreira Alves, 666, centro  
**Ano do Inventário:** 18/11/1998  
**050 - Denominação:** antiga Secretaria Municipal de Obras  
**Endereço:** Rua Cel. José Ferreira Alves, 703, centro  
**Ano do Inventário:** 23/09/1998  
**051 - Denominação:** Residência  
**Endereço:** Rua Cel. José Ferreira Alves, 740, centro  
**Ano do Inventário:** 24/09/1998  
**052 - Denominação:** Câmara Municipal de Araguari  
**Endereço:** Rua Cel. José Ferreira Alves, 758, centro  
**Ano do Inventário:** 17/11/1998  
**053 - Denominação:** Residência  
**Endereço:** Rua Cel. José Ferreira Alves, 868, centro  
**Ano do Inventário:** 28/10/1998  
**054 - Denominação:** Residência  
**Endereço:** Rua Cel. José Ferreira Alves, 931, esq. c/ Rua Bias Fortes, centro  
**Ano do Inventário:** 11/11/1998  
**055 - Denominação:** Casa da Cultura  
**Endereço:** Rua Cel. José Ferreira Alves, 1098, centro  
**Ano do Inventário:** 28/08/1998  
**056 - Denominação:** Residência  
**Endereço:** Rua Cel. José Ferreira Alves, 1146, centro  
**Ano do Inventário:** 18/11/1998

**057 - Denominação:** Residência  
**Endereço:** R. Cel. Lindolfo Rodrigues da Cunha, 288, esq. c/ R. Cel. José F. Alves, Centro  
**Ano do Inventário:** 10/11/1998  
**058 - Denominação:** Residência  
**Endereço:** Rua Uruguiana, 124, esq. c/ Rua Cesário Alvim, centro  
**Ano do Inventário:** 21/09/1998  
**059 - Denominação:** Residência  
**Endereço:** Rua Cesário Alvim, 618, esq. c/ Rua Uruguiana, centro  
**Ano do Inventário:** 21/09/1998  
**060 - Denominação:** Residência  
**Endereço:** Rua Cesário Alvim, 872, centro  
**Ano do Inventário:** 22/09/1998  
**061 - Denominação:** Residência  
**Endereço:** Travessa 7 de setembro, 28  
**Ano do Inventário:** 1998  
**062 - Denominação:** Residência  
**Endereço:** Travessa 7 de setembro, 66, esq. c/ Rua Aurélio de Oliveira  
**Ano do Inventário:** 1998  
**063 - Denominação:** Residência  
**Endereço:** Rua Aurélio de Oliveira, 408  
**Ano do Inventário:** 1998  
**064 - Denominação:** Residência  
**Endereço:** Rua Aurélio de Oliveira, 434  
**Ano do Inventário:** 1998  
**065 - Denominação:** Residência  
**Endereço:** Rua Aurélio de Oliveira, 662, esq. c/ Rua Quinca Mariano  
**Ano do Inventário:** 1998  
**066 - Denominação:** Residência  
**Endereço:** Rua Martinez Rodrigues da Cunha, 145  
**Ano do Inventário:** 1998  
**067 - Denominação:** Residência  
**Endereço:** Rua Martinez Rodrigues da Cunha, 153  
**Ano do Inventário:** 1998  
**068 - Denominação:** Dragão das Máquinas/ Box 2 irmãos /Spot Som  
**Endereço:** Rua Quinca Mariano, 38, esq. c/ Praça José Rodrigues Alves  
**Ano do Inventário:** 1998  
**069 - Denominação:** Edificação Comercial  
**Endereço:** Rua Quinca Mariano, 44  
**Ano do Inventário:** 1998  
**070 - Denominação:** Residência Dr. João Godoy  
**Endereço:** Rua Quinca Mariano, 180  
**Ano do Inventário:** 1998  
**071 - Denominação:** Residência  
**Endereço:** Rua Rio Branco, 140  
**Ano do Inventário:** 1998  
**072 - Denominação:** Escritório de Advocacia  
**Endereço:** Rua Rio Branco, 227  
**Ano do Inventário:** 1998  
**073 - Denominação:** Residência  
**Endereço:** Rua Rio Branco, 344, esq. c/ Rua Virgílio de Melo Franco  
**Ano do Inventário:** 1998  
**074 - Denominação:** antigo Consórcio Adcar  
**Endereço:** Rua Brasil Accioly, 23, esq. c/ Rua Rio Branco, 385  
**Ano do Inventário:** 1998  
**075 - Denominação:** Sorveteria e Lanchonete Porãozinho  
**Endereço:** Rua Rio Branco, 473, esq. c/ Rua Afonso Pena, 591





**Ano do Inventário:** 1998

**076 - Denominação:** Lanchonete Ki-Lanche

**Endereço:** Rua Rio Branco, 502

**Ano do Inventário:** 1998

**077 - Denominação:** Prédio dos Correios

**Endereço:** Rua Rio Branco, 542

**Ano do Inventário:** 1998

**078 - Denominação:** Cancun Biquíni / Clínica Estética Alta Produção

**Endereço:** Rua Rio Branco, 554

**Ano do Inventário:** 1998

**079 - Denominação:** Farmácia Passiflora / Kasulo

**Endereço:** Travessa São Bento, 28, esq. c/ Rua Rio Branco

**Ano do Inventário:** 1998

**080 - Denominação:** Lojas Cruz

**Endereço:** Rua Rui Barbosa, 10, esq. c/ Rua Brasil Accioly

**Ano do Inventário:** 1998

**081 - Denominação:** A Principal

**Endereço:** Rua Rui Barbosa, 62, esq. c/ Afonso Pena

**Ano do Inventário:** 1998

**082 - Denominação:** Polo Sul Confeccões / Princesa Presentes

**Endereço:** Rua Rui Barbosa, 113/119

**Ano do Inventário:** 1998

**083 - Denominação:** Lojas Ki-Barato

**Endereço:** Rua Rui Barbosa, 177, esq. c/ Rua Rodolfo Paixão

**Ano do Inventário:** 1998

**084 - Denominação:** Calce Bem / Lanchonete Konchinha / Beabá Presentes

**Endereço:** Rua Martinez Rodrigues da Cunha, 153

**Ano do Inventário:** 1998

**085 - Denominação:** Livraria São José (demolida)

**Endereço:** Rua Rui Barbosa, 301, esq. c/ Rua Marciano Santos

**Ano do Inventário:** 1998

**086 - Denominação:** Sapataria Brasília / Bianca Calçados (demolida)

**Endereço:** Rua Rui Barbosa, 318/320, esq. c/ Rua Marciano Santos

**Ano do Inventário:** 1998

**087 - Denominação:** Residência

**Endereço:** Rua Rui Barbosa, 354/370

**Ano do Inventário:** 1998

**088 - Denominação:** Residência

**Endereço:** Rua Rui Barbosa, 382

**Ano do Inventário:** 1998

**089 - Denominação:** Residência

**Endereço:** Rua Rui Barbosa, 395

**Ano do Inventário:** 1998

**090 - Denominação:** Residência

**Endereço:** Rua Rui Barbosa, 408, esq. c/ Rua Pedro Nasciutti

**Ano do Inventário:** 1998

**091 - Denominação:** Residência

**Endereço:** Rua Rui Barbosa, 467

**Ano do Inventário:** 1998

**092 - Denominação:** Animais e Cia.

**Endereço:** Rua Rui Barbosa, 483

**Ano do Inventário:** 1998

**093 - Denominação:** Bar Crispim

**Endereço:** Rua Rui Barbosa, 528, esq. c/ Rua Joaquim Modesto

**Ano do Inventário:** 1998

**094 - Denominação:** Sistema Positivo de Ensino/

Colégio Anglo

**Endereço:** Praça Getúlio Vargas, 63

**Ano do Inventário:** 1998

**095 - Denominação:** Residência

**Endereço:** Praça Getúlio Vargas, 208

**Ano do Inventário:** 1998

**096 - Denominação:** Loja Maçônica União Araguarina

**Endereço:** Praça Farid Nader, 79

**Ano do Inventário:** 1998

**097 - Denominação:** Tipografia São José

**Endereço:** Rua Marciano Santos, 207, esq. c/ Rua Rui Barbosa

**Ano do Inventário:** 1998

**098 - Denominação:** Drogeria do Povo (demolida)

**Endereço:** Rua Marciano Santos, 337

**Ano do Inventário:** 1998

**099 - Denominação:** Hemisfério Sul / Oficina do Cido

**Endereço:** Rua Marciano Santos, 353

**Ano do Inventário:** 1998

**100 - Denominação:** Usina do Piçarrão – Moradia de Empregados

**Endereço:** Margem direita do Ribeirão do Piçarrão

**Ano do Inventário:** 1998

**101 - Denominação:** Fazenda São José dos Verdes

**Endereço:** Área Rural de Araguari

**Ano do Inventário:** 1998

**102 - Denominação:** Fazenda Boa Vista

**Endereço:** Área Rural

**Ano do Inventário:** 1998

**103 - Denominação:** Consultório Odontológico

**Endereço:** Rua Marciano Santos, 373

**Ano do Inventário:** 1998

**104 - Denominação:** Eduardo Couro e Plástico

**Endereço:** Rua Marciano Santos, 633

**Ano do Inventário:** 1998

**105 - Denominação:** Pet Dog

**Endereço:** Rua Marciano Santos, 822, esq. c/ Rua Wenceslau Braz, 400

**Ano do Inventário:** 1998

**106 - Denominação:** Comercio

**Endereço:** Rua Marciano Santos, 918, esq. c/ Praça da Constituição

**Ano do Inventário:** 1998

**107 - Denominação:** Residência

**Endereço:** Rua Rodolfo Paixão, 29

**Ano do Inventário:** 1998

**108 - Denominação:** Residência

**Endereço:** Rua Rodolfo Paixão, 30

**Ano do Inventário:** 1998

**109 - Denominação:** Ópticas Cruvinel / Ruy Relojoeiro

**Endereço:** Rua Rodolfo Paixão, 347, esq. c/ Rua Rio Branco, 593

**Ano do Inventário:** 1998

**110 - Denominação:** Residência

**Endereço:** Rua Rodolfo Paixão, 619

**Ano do Inventário:** 1998

**111 - Denominação:** Grupo Escolar Raul Soares

**Endereço:** Av. Tiradentes, 135

**Ano do Inventário:** 1998

**112 - Denominação:** antigo HSBC Bamerindus

**Endereço:** Av. Tiradentes, 175, esq. c/ Rua Rodolfo Paixão

**Ano do Inventário:** 1998

**113 - Denominação:** Residência

**Endereço:** Av. Tiradentes, 218

**Ano do Inventário:** 1998

**114 - Denominação:** Hospital São Sebastião

**Endereço:** Av. Tiradentes, 259

**Ano do Inventário:** 1998

**115 - Denominação:** Relicário (demolida)

**Endereço:** Av. Tiradentes, 294, esq. c/ Rua Marciano Santos

**Ano do Inventário:** 1998

**116 - Denominação:** Residência

**Endereço:** Av. Tiradentes, 427, esq. c/ Rua Pedro Nasciutti

**Ano do Inventário:** 1998

**117 - Denominação:** Praça Manoel Bonito

**Endereço:** própria praça

**Ano do Inventário:** 1998

**118 - Denominação:** Lanches Napolitano / A Hora Certa

**Endereço:** Praça Manoel Bonito, 65, esq. c/ Av. Tiradentes

**Ano do Inventário:** 1998

**119 - Denominação:** Templo Evangélico

**Endereço:** Av. Tiradentes, 5, esq. c/ Praça Manoel Bonito

**Ano do Inventário:** 1998

**120 - Denominação:** Centro Comercial Levindo Lopes  
**Endereço:** Praça Manoel Bonito, 23, 25, 27, esq. c/ Rua Samuel Santos

**Ano do Inventário:** 1998

**121 - Denominação:** antigo Centro Integrado de Reabilitação Física

**Endereço:** Praça Manoel Bonito, 38, 40

**Ano do Inventário:** 1998

**122 - Denominação:** Residência

**Endereço:** Praça Manoel Bonito, 60

**Ano do Inventário:** 1998

**123 - Denominação:** Feirão dos Calçados

**Endereço:** Praça Manoel Bonito, 74, 78

**Ano do Inventário:** 1998

**124 - Denominação:** Casa Verde – Galeria Colonial  
**Endereço:** Rua Dr. Afrânio, 20, esq. c/ Travessa São Bento

**Ano do Inventário:** 1998

**125 - Denominação:** Cine Rex

**Endereço:** Praça Manoel Bonito, 142, esq. c/ Travessa São Bento

**Ano do Inventário:** 1998 revisado em 2006/2007

**126 - Denominação:** Palace Hotel

**Endereço:** Praça Manoel Bonito, 154, 160, 176

**Ano do Inventário:** 1998

**127 - Denominação:** Clube Recreativo

**Endereço:** Praça Manoel Bonito, 180, 188, 204, esq. c/ Rua Brasil Accioly

**Ano do Inventário:** 1998

**128 - Denominação:** Barriguinha e Cia / Di Trajan

**Endereço:** Rua Brasil Accioly, 12

**Ano do Inventário:** 1998

**129 - Denominação:** 1001 Utilidades / Flores Naturais

**Endereço:** Rua Brasil Accioly, 26, 28, esq. c/ Rua Rio Branco

**Ano do Inventário:** 1998

**130 - Denominação:** Conjunto de Casas Geminadas

**Endereço:** Rua Rio Branco, 295, 303, 313, 321, 331, 339

**Ano do Inventário:** 1998

**131 - Denominação:** Vita Derm

**Endereço:** Rua Brasil Accioly, 116

**Ano do Inventário:** 1998

**132 - Denominação:** Edificação Comercial

**Endereço:** Rua Dr. Afrânio, 04, esq. c/ Praça Padre Nilo Tabuquini s/n



**Ano do Inventário:** 1998  
**133 - Denominação:** antigo Scoth Bar People  
**Endereço:** Rua Dr. Afrânio, 43  
**Ano do Inventário:** 1998  
**134 - Denominação:** Residência  
**Endereço:** Rua Dr. Afrânio, 46  
**Ano do Inventário:** 1998  
**135 - Denominação:** Bar Apolo e Foto Gehardt  
**Endereço:** Rua Dr. Afrânio, 65, esq. c/ Rua Quinca Mariano  
**Ano do Inventário:** 1998  
**136 - Denominação:** Achimaq Ltda  
**Endereço:** Rua Dr. Afrânio, 65, esq. c/ Rua Quinca Mariano  
**Ano do Inventário:** 1998  
**137 - Denominação:** Rabisco de Mel  
**Endereço:** Rua Dr. Afrânio, 66, 76, esq. c/ Rua Quinca Mariano  
**Ano do Inventário:** 1998  
**138 - Denominação:** Residência  
**Endereço:** Rua Dr. Afrânio, 66, 76, esq. c/ Rua Quinca Mariano  
**Ano do Inventário:** 1998  
**139 - Denominação:** Clínica Odontologia Santa Marta  
**Endereço:** Rua Dr. Afrânio, 96, 100, esq. c/ Rua Quinca Mariano  
**Ano do Inventário:** 1998  
**140 - Denominação:** Edificação Comercial  
**Endereço:** Rua Dr. Afrânio, 132  
**Ano do Inventário:** 1998  
**141 - Denominação:** Lojas Messias  
**Endereço:** Rua Dr. Afrânio, 154  
**Ano do Inventário:** 1998  
**142 - Denominação:** antiga Casa dos Ferros  
**Endereço:** Rua Dr. Afrânio, 163  
**Ano do Inventário:** 1998  
**143 - Denominação:** antigo Prédio da Cemig  
**Endereço:** Rua Dr. Afrânio, 178  
**Ano do Inventário:** 1998  
**144 - Denominação:** Free Beijo  
**Endereço:** Rua Dr. Afrânio, 186  
**Ano do Inventário:** 1998  
**145 - Denominação:** Ruy Modas / Esportiva Calçados  
**Endereço:** Rua Dr. Afrânio, 210  
**Ano do Inventário:** 1998  
**146 - Denominação:** Molekas Bar Restaurante  
**Endereço:** Rua Dr. Afrânio, 221, esq. c/ Praça Manoel Bonito  
**Ano do Inventário:** 1998  
**147 - Denominação:** Casa Paroquial  
**Endereço:** Praça Padre Nilo Tabuquini, 88  
**Ano do Inventário:** 1998  
**148 - Denominação:** Residência Paulo Nogueira Cruvinel  
**Endereço:** Praça Padre Nilo Tabuquini, 42, esq. c/ Rua D. Pedro II  
**Ano do Inventário:** 1998  
**149 - Denominação:** Escritório de Advocacia  
**Endereço:** Rua Pedro II, 64, esq. c/ Praça Padre Nilo Tabuquini  
**Ano do Inventário:** 1998  
**150 - Denominação:** Nunes Imobiliária  
**Endereço:** Praça Padre Nilo Tabuquini, 70  
**Ano do Inventário:** 1998  
**151 - Denominação:** Studio A/ Joana's Cabeleiros  
**Endereço:** Praça Padre Nilo Tabuquini, 155, esq. c/ Rua Dr. Afrânio

**Ano do Inventário:** 1998  
**152 - Denominação:** Residência / Selaria  
**Endereço:** Praça Padre Nilo Tabuquini, 173 esq. c/ Rua Rio Branco  
**Ano do Inventário:** 1998  
**153 - Denominação:** Praça Padre Nilo Tabuquini  
**Endereço:** própria praça  
**Ano do Inventário:** 1998  
**154 - Denominação:** Residência  
**Endereço:** Rua Afonso Pena, 208, esq. c/ Rua José do Patrocínio  
**Ano do Inventário:** 1998  
**155 - Denominação:** Residência  
**Endereço:** Rua Afonso Pena, 362, esq. c/ Jaime Gomes  
**Ano do Inventário:** 1998  
**156 - Denominação:** Tuta Cortinas  
**Endereço:** Rua Afonso Pena, 498  
**Ano do Inventário:** 1998  
**1577 - Denominação:** Pé Menor / Aviamentos Rose / Localize Imobiliária  
**Endereço:** Rua Afonso Pena, 594, esq. c/ Rua Rio Branco  
**Ano do Inventário:** 1998  
**158 - Denominação:** Villa Lourdes  
**Endereço:** Rua Samuel Santos, 170  
**Ano do Inventário:** 1998  
**159 - Denominação:** Residência  
**Endereço:** Rua Samuel Santos, 275  
**Ano do Inventário:** 1998  
**160 - Denominação:** Residência  
**Endereço:** Rua Samuel Santos, 283  
**Ano do Inventário:** 1998  
**161 - Denominação:** Residência  
**Endereço:** Rua Olímpio dos Santos, 33  
**Ano do Inventário:** 1998  
**162 - Denominação:** Residência  
**Endereço:** Rua Olímpio dos Santos, 144  
**Ano do Inventário:** 1998  
**163 - Denominação:** Edificação de Função Mista  
**Endereço:** Rua José Carrijo, 536, 142  
**Ano do Inventário:** 1998  
**164 - Denominação:** Residência  
**Endereço:** Rua José Carrijo, 530  
**Ano do Inventário:** 1998  
**165 - Denominação:** Residência (demolida)  
**Endereço:** Rua Estrela do Sul, 145  
**Ano do Inventário:** 1998  
**166 - Denominação:** Residência (demolida)  
**Endereço:** Rua Estrela do Sul, 155  
**Ano do Inventário:** 1998  
**167 - Denominação:** Residência  
**Endereço:** Rua Estrela do Sul, 163  
**Ano do Inventário:** 1998  
**168 - Denominação:** Residência do Sr. Jovino Araújo  
**Endereço:** Rua Estrela do Sul, 270, esq. c/ Rua Olímpio Santos  
**Ano do Inventário:** 1998, revisado em 2004  
**169 - Denominação:** Residência  
**Endereço:** Praça Prof. Patrocínio, 347  
**Ano do Inventário:** 1998  
**170 - Denominação:** Naípe Jeans / Merthiolate  
**Endereço:** Rua dos Expedicionários, 314, esq. c/ Rua Martins Rodrigues da Cunha  
**Ano do Inventário:** 1998  
**171 - Denominação:** Residência  
**Endereço:** Rua Marechal Deodoro, 310

**Ano do Inventário:** 1998  
**172 - Denominação:** Residência  
**Endereço:** Rua Jaime Gomes, 316  
**Ano do Inventário:** 1998  
**173 - Denominação:** Floricultura Primavera / Consórcio Nacional Honda  
**Endereço:** Rua Jaime Gomes, 371  
**Ano do Inventário:** 1998  
**174 - Denominação:** Sede do PT  
**Endereço:** Rua Jaime Gomes, 324, esq. c/ Rua Rodolfo Paixão  
**Ano do Inventário:** 1998  
**175 - Denominação:** Paralelo Peças e Equipamentos  
**Endereço:** Rua Jaime Gomes, 583, 587, esq. c/ Rua Pedro Nasciutti, 345  
**Ano do Inventário:** 1998  
**176 - Denominação:** Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Araguari  
**Endereço:** Av. Minas Gerais, 1889  
**Ano do Inventário:** 1998  
**177 - Denominação:** Capela do Colégio Regina Pacis  
**Endereço:** Av. Minas Gerais, 1889  
**Ano do Inventário:** 1998  
**178 - Denominação:** Colégio Regina Pacis / Auditório  
**Endereço:** Av. Minas Gerais, 1889  
**Ano do Inventário:** 1998  
**179 - Denominação:** antigo Colégio Objetivo / UNIT  
**Endereço:** Rua Padre Anchieta, 52  
**Ano do Inventário:** 1998  
**180 - Denominação:** Drogaria do Bosque / Hortifrutos  
**Endereço:** Av. Minas Gerais, 1270, esq. c/ Rua Estrela do Sul  
**Ano do Inventário:** 1998  
**181 - Denominação:** Pneu Bom  
**Endereço:** Av. Minas Gerais, 1324  
**Ano do Inventário:** 1998  
**182 - Denominação:** Residência  
**Endereço:** Av. Minas Gerais, 1393, esq. c/ Rua Caluta Santos  
**Ano do Inventário:** 1998  
**183 - Denominação:** Agroara  
**Endereço:** Av. Minas Gerais, 1480, esq. c/ Rua Afonso Pena  
**Ano do Inventário:** 1998  
**184 - Denominação:** Depósito Agroara  
**Endereço:** Av. Minas Gerais, 1508, esq. c/ Rua Afonso Pena  
**Ano do Inventário:** 1998  
**185 - Denominação:** Bom Bini Sorveteria  
**Endereço:** Av. Minas Geris, 1712, 1720, esq. c/ Travessa Fernão Dias  
**Ano do Inventário:** 1998  
**186 - Denominação:** Casa Yasmim  
**Endereço:** Av. Minas Gerais, 1746, esq. c/ Travessa Fernão Dias, 03  
**Ano do Inventário:** 1998  
**187 - Denominação:** Bosque Jonh Kennedy  
**Endereço:** Av. Minas Geris, s/n  
**Ano do Inventário:** 1998  
**188 - Denominação:** Aeroporto Santos Dumont  
**Endereço:** Praça Dr. Milton Fernandes de Melo, 300  
**Ano do Inventário:** 1998  
**189 - Denominação:** Estação Stevenson  
**Endereço:** Br. 050 – Araguari / Uberlândia  
**Ano do Inventário:** 1998, revisado em 2003  
**190 - Denominação:** Usina do Piçarrão – Prédio Principal



**Endereço:** Margem direita do Ribeirão Piçarrão  
**Ano do Inventário:** 1998  
**191 - Denominação:** Fazenda Volta Grande  
**Endereço:** Área Rural de Araguari  
**Ano do Inventário:** 1998  
**192 - Denominação:** Capela da Florestina.  
**Localização:** Distrito de Florestina  
**Ano do inventário:** 2002  
**193 - Denominação:** Conjunto da “Chácara dos Pa-dres” – Fazendinha  
**Localização:** Zona Rural – Distrito Sede  
**Ano do inventário:** 2002  
**194 - Denominação:** Conjunto da Capela do Fundão  
**Localização:** Zona Rural / Fundão / Araguari  
**Ano do inventário:** 2004  
**195 - Denominação:** Coreto  
**Localização:** Zona Rural / Fundão / Araguari  
**Ano do inventário:** 2004  
**196 - Denominação:** Edifício do Antigo Banco Minei-ro de Produção  
**Localização:** Confluência entre a Rua Virgílio de Melo Franco, 11, com a Rua Brasil Accioly, esquina com Rua Rio Branco  
**Ano do inventário:** 2003  
**197 - Denominação:** Antigo Cine Lux.  
**Localização:** Rua Marciano Santos nº 600  
**Ano do inventário:** 1997, revisado em 2006/2007  
**198 - Denominação:** Estação Marciano Santos  
**Localização:** Distrito de Amanhece  
**Ano do inventário:** 2004  
**199 - Designação:** Residência  
**Endereço:** Rua Manoel Caetano da Costa, 45, distri-to de Amanhece  
**Propriedade:** Florasci Caetano / **Responsável:** Florasci Caetano  
**Ano do Inventário:**  
**200 - Designação:** Residência  
**Endereço:** Rua Antônio, 40, distrito de Amanhece  
**Propriedade:** Carlos Pereira Ferreira / **Responsá-vel:** Antônio Manuel da Silva  
**Ano do Inventário:**  
**201 - Designação:** Residência  
**Endereço:** Rua Antônio, 50, distrito de Amanhece  
**Propriedade:** Maria Eunice Monteiro  
**Ano do Inventário:**  
**202 - Designação:** Comércio e residência  
**Endereço:** Rua do Comércio, 289, distrito de Ama-nhece  
**Propriedade:** Edeltrides Moreira Lima  
**Ano do Inventário:**  
**203 - Designação:** Residência  
**Endereço:** Rua do Comércio, 325, distrito de Ama-nhece  
**Propriedade:** Valdir Antônio França  
**Ano do Inventário:**  
**204 - Designação:** Comércio (bar)  
**Endereço:** Rua do Comércio, 153, distrito de Ama-nhece  
**Propriedade:** Ana Carolina Peixoto de Araújo  
**Ano do Inventário:**  
**205 - Designação:** Residência  
**Endereço:** Rua do Comércio, 125, distrito de Ama-nhece  
**Propriedade:** Luiz Carlos Mantovani  
**Ano do Inventário:**  
**206 - Designação:** Residência  
**Endereço:** Rua do Comércio, 118, distrito de Amanhece

**Propriedade:** Luzia Lopes Silva Souza  
**Ano do Inventário:**  
**207 - Designação:** Residência  
**Endereço:** Rua Coronel Filadelfo, 675  
**Propriedade:** Pedro Teodoro Pereira  
**Ano do Inventário:**  
**208 - Designação:** Residência  
**Endereço:** Rua Antônio, 90  
**Propriedade:** Osmarinda Lúcia da Cunha  
**Ano do Inventário:**  
**209 - Designação:** Residência  
**Endereço:** Rua Antônio, 80, distrito de Florestina  
**Propriedade:** Marlon Marcelo da Costa  
**Ano do Inventário:**  
**210 - Designação:** Residência  
**Endereço:** Rua Antônio, 70, distrito de Florestina  
**Propriedade:** Rogério Bernardes Coelho  
**Ano do Inventário:**  
**211 - Designação:** Sede da Antiga Secretaria de Obras  
**Endereço:** Rua Coronel José Ferreira Alves, 705  
**Propriedade:** Prefeitura Municipal de Araguari  
**Ano do Inventário:** 2011-2012  
**212 - Designação:** Casa da Cultura “Abdala Mameri”  
**Endereço:** Rua Coronel José Ferreira Alves, 1089  
**Propriedade:** Prefeitura Municipal de Araguari  
**Ano do Inventário:** 2011-2012  
**213 - Designação:** Antiga Estação da Estrada de Fer-ro Goiás (EFG)  
**Endereço:** Praça Gaioso Neves, 129  
**Propriedade:** Prefeitura Municipal de Araguari  
**Ano do Inventário:** 2011-2012  
**214 - Designação:** Associação Goiás Atlético  
**Endereço:** Av. Joaquim Aníbal, 577, esq. c/ Rua Bias Fortes  
**Propriedade:** Privada  
**Responsável:** Associação Goiás Atlético de Pensio-nistas e Aposentados - AGAPA  
**Ano do Inventário:** 2011-2012  
**215 - Designação:** Túmulo Capela de Dona Ana Rosa Naves  
**Endereço:** Cemitério Bom Jesus da Cana Verde, B. Miranda  
**Propriedade:** Privada - Família Naves e Prefeitura Municipal de Araguari  
**Ano do Inventário:** 2011-2012  
**216 - Designação:** Paiol  
**Endereço:** Praça de Nossa Senhora Aparecida, 66, distrito de Amanhece  
**Propriedade:** Valdemar Marinho Araújo  
**Ano do Inventário:** 2010  
**217 - Designação:** Residência Sr. Valdemar Marinho Araújo  
**Endereço:** Praça de Nossa Senhora Aparecida, 66, distrito de Amanhece  
**Propriedade:** Valdemar Marinho Araújo  
**Ano do Inventário:** 2010  
**218 - Designação:** Residência  
**Endereço:** Rua do Comércio, 87, distrito de Amanhece  
**Propriedade:** Sandra Silveira Pereira de Oliveira e Osvaldo Cezar de Oliveira  
**Ano do Inventário:** 2010  
**219 - Designação:** Residência  
**Endereço:** Rua Marciano Santos, 366, distrito de Amanhece  
**Propriedade:** Oswaldo Leandro  
**Ano do Inventário:** 2010  
**220 - Designação:** Residência

**Endereço:** Rua Macaúbas, 90, distrito de Amanhece  
**Propriedade:** Ruth Severina da Silva  
**Ano do Inventário:** 2010 (demolida)  
**221 - Designação:** Residência  
**Endereço:** Rua Antônio, 30, distrito de Florestina  
**Propriedade:** Carlos Pereira Ferreira  
**Ano do Inventário:** 2010  
**222 - Designação:** Residência de ex-ferroviários  
**Endereço:** Rua da Esplanada, 06, B. Goiás  
**Propriedade:** Pertencia a extinta RFFSA, sendo transferida para União, em 2007  
**Responsável:** Augusto Silva  
**Ano do Inventário:** 2009-2010  
**223 - Designação:** Residência de ex-ferroviários  
**Endereço:** Rua da Esplanada, 08, B. Goiás  
**Propriedade:** Pertencia a extinta REFSA, sendo transferida para União, em 2007  
**Responsável:** Carlos Henrique do Nascimento  
**Ano do Inventário:** 2009-2010  
**224 - Designação:** Residência de ex-ferroviários  
**Propriedade:** Pertencia a extinta RFFSA, sendo transferida para União, em 2007  
**Endereço:** Rua Esplanada, 11, B. Goiás  
**Responsável:** Nelo Antônio Puccunelli  
**Ano do Inventário:** 2009-2010  
**225 - Designação:** Residência de ex-ferroviários  
**Endereço:** Rua Esplanada, 12, B. Goiás  
**Propriedade:** Pertencia a extinta RFFSA, sendo transferida para União, em 2007  
**Responsável:** João Batista da Silva  
**Ano do Inventário:** 2009-2010  
**226 - Designação:** Residência de ex-ferroviários  
**Endereço:** Rua Esplanada, 401, B. Goiás  
**Propriedade:** Pertencia a extinta RFFSA, sendo transferida para União, em 2007  
**Responsável:** Ferrovias Centro Atlântica - FCA  
**Ano do Inventário:** 2009-2010  
**227 - Designação:** Residência de ex-ferroviários  
**Endereço:** Rua Esplanada, 403, B. Goiás  
**Propriedade:** Pertencia a extinta RFFSA, sendo transferida para União, em 2007  
**Responsável:** Luiz Alves de Souza  
**Ano do Inventário:** 2009-2010  
**228 - Designação:** Linha férrea da antiga Estrada de Ferro Goiás (EFG), no perímetro urbano de Araguari  
**Endereço:** bairros Goiás, Santa Terezinha e Santiago  
**Propriedade:** União  
**Responsável:** Secretaria de Patrimônio da União / DNIT  
**Ano do Inventário:** 2010  
Esta relação não substitui os Livros de Inventário

#### **Anexo I – Bens Protegidos - Deliberação Normativa 001/2019**

Conselho Deliberativo Municipal de Patrimônio Cultural de Araguari

BENS TOMBADOS DO MUNICIPIO DE ARAGUARI/MG

Esta relação não substitui as inscrições dos Livros de Tombo  
GRUPO ESCOLAR RAUL SOARES  
Av. Tiradentes nº 135  
Propriedade Pública  
Tombado pelo Decreto nº 09 de 23 de março de 2000.  
ASSOCIAÇÃO GOIÁS ATLÉTICA  
Av. Joaquim Aníbal nº 577, esquina com Rua Bias Fortes  
Propriedade Particular



Tombado pelo Decreto nº 013 de 03 de abril de 1998  
**CASA DA CULTURA ABDALA MAMERI**  
 Rua Cel. José Ferreira Alves nº 1098  
 Propriedade Pública

Tombado pelo Decreto nº 029 de 18 de agosto de 1997 e reiterado pelo Decreto nº 013 de 03 de abril de 1998  
**PRÉDIO DA CEMIG**  
 Rua Dr. Afrânio nº 178  
 Propriedade Pública.

Tombado pelo Decreto nº 013 de 03 de abril de 1998  
**RESIDÊNCIA DO DR. JOÃO GODOY**  
 Rua Quinca Mariano nº 180  
 Propriedade Particular

Tombado pelo Decreto nº 013 de 03 de abril de 1998  
**BOSQUE JONH KENNEDY**  
 Contornado pela Av. Minas Gerais e pelas Ruas Mauro Cunha, Argentina e Paulino Abdala  
 Propriedade Pública

Tombado pelo Decreto nº 029 de 18 de agosto de 1997 e reiterado pelo Decreto nº 013 de 03 de abril de 1998.  
**CONJUNTO ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO DA ANTIGA ESTRADA DE FERRO GOIÁS**  
 Praça Gaioso Neves s/n  
 Propriedade Pública

Tombado pelo Decreto nº 010 de 10 de fevereiro de 1989 e reiterado pelo Decreto nº 013 de 03 de abril de 1998. Tombamento Estadual Decreto 05/2008 - CONEP  
**MATA DO DESAMPARO**  
 Propriedade Pública

Tombado pelo Decreto nº 029 de 18 de agosto de 1997 e reiterado pelo Decreto nº 013 de 03 de abril de 1998.  
**USINA DO PIÇARRÃO**  
 Propriedade Pública - CEMIG

Tombado pelo Decreto nº 013 de 03 de abril de 1998  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
 Rua Cel. José Ferreira Alves nº 758  
 Propriedade Pública

Tombado pelo Decreto nº 029 de 03 de abril de 1997, reiterado pelo Decreto nº 013 – 03/04/1998.  
**CONJUNTO COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS**  
 Rua. Virgílio de Melo Franco nº 513/Av. Joaquim Aníbal  
 Rua Maricota Santos/ Pr. Prefeito Elmiro Barbosa  
 Propriedade Particular

Tombado pelo Decreto nº 13 de abril de 1998.  
**CONJUNTO REGINA PACIS**  
 Propriedade Particular  
 Av. Minas Gerais nº 1889.

Tombado pelo Decreto nº 013 de 03 de abril de 1998.  
**CONJUNTO PREDIAL DA PRAÇA PADRE NILO TABUQUINI**  
 Propriedades Particulares – 3 imóveis

Tombado pelo Decreto nº 07 de 29 de março de 1999.  
**CERRADINHO SÃO SEBASTIÃO**  
 Propriedade Pública (Municipal)  
 Quadra 111, entre Av. Orlando Cesar Vieira, Rua Vinícius Mayer Chaves, Rua Dr. Paulo dos Santos e a Rua Luiz Mauro Quireza. Bairro: Goiás parte alta.

Tombado pelo Decreto nº 127/15 de 03/12/2015  
**ESCULTURA (BEM MÓVEL): “ANJO”**  
 Autoria do artista Jorlano Spotto  
 Acervo: Casa da Cultura

Tombado pelo Decreto nº 39/01, de abril de 2001  
**IGREJA DE FLORESTINA**  
 Propriedade Privada  
 Distrito de Florestina

Tombado pelo Decreto nº 013/02 em 22 de março de 2002  
**MADONA RAINHA DA PAZ COM O BAMBINO**  
 Autoria do artista Padre Otto Munier  
 Acervo: Igreja Rainha da Paz

Tombado pelo Decreto nº 013/02 de 22 de março de 2002  
**COLEÇÃO DE LIVROS (antigo Colégio Regina Pacis)**  
 Acervo: Arquivo Público Municipal

Tombado pelo Decreto nº 13/02 de 22 de março de 2002  
**MURAL DA IGREJA NOSSA SENHORA APARECIDA**  
 Autoria do artista Padre Otto Munier  
 Acervo: Igreja Nossa Senhora Aparecida  
 Propriedade Particular

Tombado pelo Decreto nº 13/02 de 22 de março de 2002  
**FAZENDINHA – CASA NÚCLEO ORIGINAL E PISCINA**  
 Zona Rural – Fazenda do Desamparo  
 Propriedade Privada

Tombado pelo Decreto nº 039 de 03 de outubro de 2002  
**“AUTO-RETRATO”**  
**OBRA DO ARTISTA FARNESE DE ANDRADE NETO**  
 Acervo da Casa da Cultura  
 Propriedade Pública

Tombado pelo Decreto nº 039 de 03 de outubro de 2002.  
**ESTAÇÃO FERROVIÁRIA STEVENSON**  
 Zona Rural – BR 050 – Km 769/767  
 Propriedade Pública

Tombado pelo Decreto nº 039 de outubro de 2002.  
**133 BENS MÓVEIS INTEGRANTES DO CONJUNTO DA ESTRADA DE FERRO GOIÁS**  
 Rua Esplanada da Goiás, s/n e Praça dos Ferroviários  
 Propriedade Pública

Tombado pelo Decreto nº 058/03 de 14 de agosto de 2003  
**ESTAÇÃO “MARCIANO SANTOS”**  
 Distrito de Amanhece  
 Rua Marciano Santos, s/n  
 Propriedade Pública

Tombado pelo Decreto nº 017/04 de 13 de abril de 2004  
**PALACETE DO SR. JOVINO DE ARAÚJO**

Propriedade Particular  
 Rua Estrela do Sul nº 270

Tombado pelo Decreto nº 033/03 de 07 de março de 2003  
**CONJUNTO CAPELA DO FUNDÃO**  
 Propriedade Particular  
 Município de Araguari – Região do Fundão

Tombado pelo Decreto nº 017/04 de 13 de abril de 2004  
**EDIFÍCIO DO ANTIGO BANCO MINEIRO DA PRODUÇÃO**  
 Confluência das Ruas Virgílio de Melo Franco nº 11 com  
 Brasil Accioly nº 86, esquina com Rio Branco  
 Propriedade Pública

Tombado pelo Decreto nº 021 de 05 de abril de 2005  
**IMAGEM DO SENHOR BOM JESUS DA CANA VERDE**  
 Localizado no Altar Mor da Paróquia do Senhor Bom Jesus,  
 Praça Padre Nilo Tabuquini nº 34  
 Propriedade Particular

Tombado pelo Decreto nº 021 de 5 de abril de 2005  
**CINE LUX**  
 Rua Marciano Santos, esquina com Rua Padre Lafaiete.  
 Propriedade Particular

Tombado pelo Decreto Municipal nº 004/06 de 18 de janeiro de 2006  
**CINE REX**  
 Praça Manoel Bonito, 142 Centro-Araguari (MG)  
 Propriedade Particular

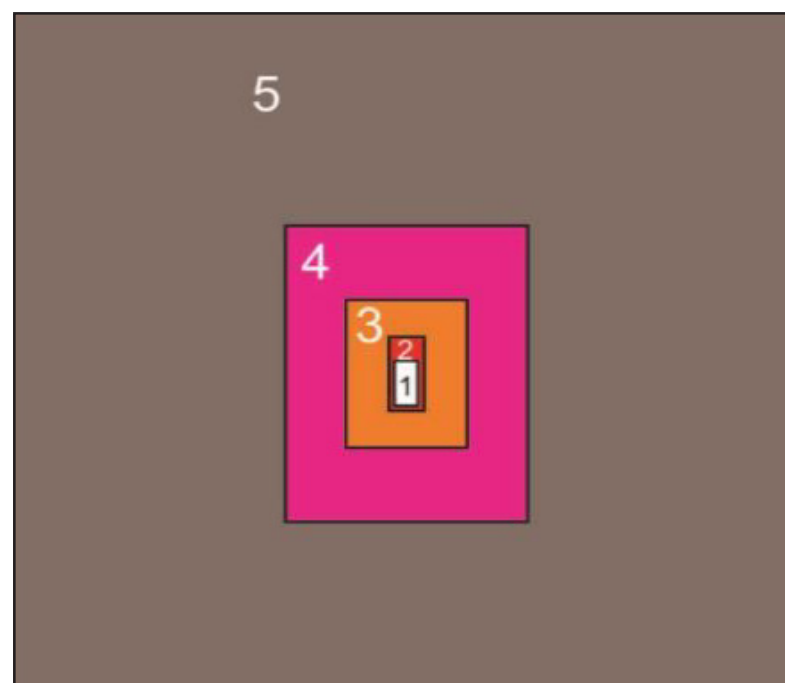
Tombado pelo Decreto Municipal nº 021/2005 de 5 de abril de 2005  
**COLEÇÃO DE NEGATIVOS “GERALDO VIEIRA”**  
 Doados ao Arquivo Público Municipal “Dr. Calil Porto” em 16 de agosto de 2006.  
 Propriedade pública.

Tombados pelo Decreto Municipal nº 018/06 de agosto de 2006

**Conheça a história de cada bem tombado em**  
<http://patrimoniohistoricoaraguari.blogspot.com/>  
<https://faecaraguari.com.br/patrimonios-tombados>

**Anexo II**

Limites de Influência de Bem Protegido pelo Município



- 1 – Bem tombado ou inventariado
- 2 – Perímetro de Tombamento ou de inventário
- 3 – Perímetro de Entorno de Tombamento ou de Inventário
- 4 – Perímetro de Influência Direta
- 5 - Perímetro de Influência Indireta